

1 *Ata da 61ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA*
2 *Brasília/DF – 25 de abril de 2001*

3
4
5 **José Sarney Filho – Ministro de Estado do Meio Ambiente**
6

7 Declaro, neste momento, aberta a Reunião Ordinária do CONAMA, a primeira
8 realizada no século XXI, que se reúne para discutir e aprovar normas de grande
9 interesse, a primeira Ordinária. Antes de iniciarmos os trabalhos dou posse e as boas
10 vindas aos novos conselheiros. O ano de 2001 é especial para o Conselho Nacional do
11 Meio Ambiente, que completa 20 anos de existência. Em 1981, a Lei Nº 6.938 instituiu
12 a Política Nacional do Meio Ambiente e criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente, e
13 em duas décadas foram muitas as contribuições do CONAMA para a gestão ambiental
14 no Brasil, e elas serão devidamente celebradas no próximo dia 31 de agosto.

15 O CONAMA merece atenção prioritária porque é o coração da política
16 ambiental no Brasil por sua representatividade, legitimidade, pelo seu poder deliberativo
17 e pelos relevantes serviços que prestou e presta ao País. Em 1999, tão logo assumi o
18 Ministério do Meio Ambiente e a Presidência deste Conselho, institui o Grupo de
19 Trabalho Repensando o CONAMA para propor formas de adequá-lo aos novos tempos.
20 No ano 2000, este Grupo apresentou várias propostas, cuja implementação gradual
21 estará em curso neste e no próximo ano. Trata-se da Agenda Nacional do Meio
22 Ambiente, documento de orientação superior para o trabalho do CONAMA e para os
23 órgãos integrantes do SISNAMA. Ela aponta os temas centrais para a definição de
24 diretrizes e políticas ambientais prioritárias para o País, incorporando as preocupações
25 da sociedade em relação ao uso sustentável dos recursos ambientais e à qualidade do
26 meio ambiente. Desde o início do ano estamos trabalhando na formulação da Agenda
27 para o biênio 2001/2002, e os Secretários do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA,
28 da ANA, e os Gerentes do Programa Plurianual Avança Brasil relacionaram temas para
29 um documento preliminar, e estaremos, em breve, encaminhando o documento
30 preliminar a todos os conselheiros para que ofereçam sugestões de temas e produtos que
31 deverão ser objeto da atenção do CONAMA e do SISNAMA para este biênio, e que
32 serão objeto de deliberação da próxima Reunião Ordinária, em julho. Além disso,
33 estamos finalizando, por meio da Secretaria Executiva deste Conselho, os
34 entendimentos para edição de decreto presidencial que altera a composição e a estrutura
35 do Conselho, para que seja, ao mesmo tempo, operacional e representativa, legítima e
36 funcional. Visando dar maior efetividade às atividades do CONAMA, estamos também
37 procedendo à descentralização, no âmbito do Ministério, das atividades de apoio técnico
38 e administrativo indispensáveis ao seu bom funcionamento. O Governo Federal está
39 empenhado na implantação do Governo Eletrônico da mesma forma que estamos
40 desenvolvendo iniciativas para conceber e implementar o CONAMA Eletrônico. Trata-
41 se de multiplicar as possibilidades de participação do cidadão brasileiro na política
42 ambiental, ampliando quantitativamente o acesso aos temas da Agenda Nacional do
43 Meio Ambiente, e auxiliando o alcance de resultados qualitativamente melhores.
44 Vivemos num século em que as novas tecnologias da informação e da comunicação
45 facilitam a participação ampliada da sociedade nas decisões governamentais, e estamos
46 num período de transformação e mudança organizacional e institucional, na qual se
47 assentam as novas bases para as competências, composição e estrutura do CONAMA.
48 Nesta fase, o Conselho continua funcionando intensamente por meio de suas Câmaras
49 Técnicas e Grupos de Trabalho, que operam nas mais variadas áreas e temas. Alguns
50 dos resultados destes trabalhos, já aprovados nas Câmaras Técnicas pertinentes, bem

51 como na Câmara de Assuntos Jurídicos, serão debatidos nesta plenária e produzirão
52 resoluções sobre assuntos relevantes. Há hoje uma pluralidade de temas críticos
53 relevantes e prioritários que estão sendo trabalhados no âmbito deste Conselho, o que
54 atesta a sua permanente vitalidade. Neste momento, estão em funcionamento no
55 CONAMA grupos de trabalho sobre temas diversificados sobre as agendas azul, verde e
56 marrom, da política ambiental, e entre eles citamos: os grupos de trabalho que estudam
57 as condições para o licenciamento de organismos geneticamente modificados, os
58 impactos ambientais da criação de camarões na costa brasileira, vários temas
59 relacionados com os resíduos sólidos, a superposição entre áreas indígenas e Unidades
60 de Conservação, dentre outros. Cada grupo e Câmara Técnica desempenha, também, um
61 papel educativo de intercâmbio de conhecimento, de informações e de educação para a
62 cidadania, e para a resolução dos conflitos que são inerentes quando se trata da
63 apropriação e uso de recursos naturais. Propostas originárias deste Conselho encontram-
64 se no Congresso Nacional, na forma de projetos de lei, sobre temas relevantes para a
65 política nacional do meio ambiente.

66 Os vinte anos do CONAMA oferecem uma oportunidade para a reflexão crítica
67 e para proposições prospectivas para os próximos vinte anos. Precisamos entrar no
68 século XXI com um sistema que ajude a internalizar nas políticas públicas brasileiras as
69 considerações com o meio ambiente. Estou seguro que, com a participação ativa de
70 todos os conselheiros, alcançaremos a convergência necessária para, cada vez mais,
71 tornar a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável um elemento central das
72 decisões tomadas pelo Governo Brasileiro, seja na esfera Federal, nos Estados ou nos
73 Municípios. Este Conselho é um instrumento fundamental para promover mudanças de
74 comportamento, no sentido de construirmos juntos uma sociedade e uma cultura que
75 levem a uma maior justiça social, e equidade econômica para a sociedade brasileira.
76 Aproveitando o ensejo, convido os conselheiros do CONAMA, e demais autoridades
77 presentes, para estarem na Reunião Extraordinária do Conselho sobre a Mata Atlântica,
78 no próximo dia 24 de maio, em Joinville, Santa Catarina. Não havendo mais assuntos a
79 tratar na minha pauta, eu agradeço a presença de todos e desejo uma profícua reunião.
80 Passo a palavra agora para o Dr. José Carlos Carvalho.

81

82 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

83

84 Nós queríamos ainda aproveitar a presença do Ministro nesta sessão de abertura
85 da nossa Reunião, para realizar um gesto de homenagem a um dos nossos conselheiros,
86 por iniciativa da Câmara Técnica de Controle Ambiental, proposta que foi acatada pela
87 Secretaria Executiva, nós queríamos fazer uma homenagem ao Conselheiro Coronel
88 Marco Antonio Sarkis pelo longo período e pelos relevantes serviços prestados a este
89 Conselho. Gostaria de convidá-lo à mesa e pedir que o Ministro lhe entregasse uma
90 placa em referência a esta homenagem.

91 Realizada a abertura da sessão pelo Sr. Ministro de Estado Sarney Filho, nós
92 gostaríamos de prosseguir a nossa Reunião com base na pauta que foi previamente
93 distribuída aos senhores conselheiros, correspondente à 61ª Reunião Ordinária do
94 CONAMA, passando ao item dois: apresentação e discussão preliminar da Ata da 60ª
95 Reunião Ordinária, realizada em 30 de novembro do ano passado. Teremos quinze
96 minutos para este tema, gostaria de pedir a compreensão e o apoio dos senhores
97 conselheiros para que o tempo fixado para cada tema fosse cumprido tanto quanto
98 possível, com a precisão necessária para que a gente tenha uma Reunião mais objetiva e
99 menos cansativa como tem ocorrido em outras oportunidades. O item dois está em

100 discussão, a Ata da 60ª Reunião Ordinária. Não havendo quem queira se manifestar, em
101 votação. Pois não, Secretário José Pedro.

102

103 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

104

105 Se pudéssemos seguir a metodologia que tem sido adotada de dar um prazo de
106 quinze dias para que os conselheiros possam ainda encaminhar alguma sugestão em
107 relação à Ata, se o Senhor acatasse essa sugestão, eu acredito que nós manteríamos o
108 nosso usual tratamento dado a esses problemas, e ela seria formalmente aprovada,
109 depois destas sugestões que chegariam no prazo de quinze dias, na reunião próxima que
110 será realizada em Joinville.

111

112 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

113

114 Como a Ata foi disponibilizada anteriormente, e seguindo uma orientação
115 anterior, na realidade nós estamos fazendo a discussão da Ata da 60ª Reunião, que
116 poderá receber ainda sugestões de correção por parte dos conselheiros, e votaremos a
117 Ata da 59ª no item seguinte. Então, na verdade, continua aberto ainda o prazo de quinze
118 dias para que os conselheiros apresentem as eventuais retificações em relação ao texto
119 da Ata da 60ª Reunião Ordinária, e agora nós passaremos à votação da Ata da 59ª
120 Reunião Ordinária. Os que estejam de acordo com o texto da Ata da 59ª Reunião
121 Ordinária queiram se manifestar apresentando os cartões de votação, por gentileza.
122 Vinte e nove a favor. Os que estejam contra, por gentileza. Nenhum voto contra. O seu
123 voto ficou no meio do caminho Leopoldo, é contra ou a favor, você está votando contra
124 ou a favor? Está bem. Os que estejam contra, por favor, queiram se manifestar. Nenhum
125 voto contra. Abstenção? Nenhuma abstenção. Aprovada por unanimidade. Em seguida
126 passamos para o item quatro, apresentação das matérias com pedidos de regime de
127 urgência, pedidos de inversão de pauta e encaminhamento de emendas às matérias da
128 ordem do dia. Está aberta a discussão do item quatro. Dra. Inah Simonetti.

129

130 **Dra. Inah Simonetti – Assessora do Ministro do Meio Ambiente**

131

132 Eu vou fazer uma apresentação sobre o projeto, sobre o processo participativo da
133 regulamentação da lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
134 Foi um ponto levantado e sugerido pelas diversas ONGs que integram o CONAMA que
135 isso fosse feito nesta reunião, e nós não tivemos tempo de inclui-lo na pauta, então
136 solicitei ao Dr. Mauricio e vou fazer essa apresentação agora.

137 Por determinação do Senhor Ministro, em outubro do ano passado, nós
138 iniciamos o processo participativo de regulamentação da Lei que instituiu o Sistema
139 Nacional de Unidades de Conservação. A metodologia para esse processo foi a
140 instituição de cinco grupos temáticos que trataram do decreto como um todo, de uma
141 maneira transversal. Nós tivemos o grupo temático um, que cuidou da gestão
142 participativa, o grupo temático dois, que cuidou de manejo pesquisa e uso público, o
143 grupo temático três, que ficou responsável pela regulamentação do decreto no que diz
144 respeito à regularização fundiária, o grupo quatro, da sustentabilidade econômica de
145 Unidades de Conservação, e o grupo cinco de coordenação do SNUC.

146 Os trabalhos tiveram início efetivamente com a reunião dos coordenadores
147 desses grupos temáticos, no início de dezembro, e esses grupos temáticos aglutinaram
148 quarenta e nove participantes entre ONGs, Ministério, IBAMA e OEMAs, e na segunda
149 fase do processo houve, no início de abril, um seminário que contou com a participação

150 de cento e trinta pessoas integrantes da sociedade civil, do Ministério, dos OEMAs, do
151 IBAMA e da ANAMMA. Esta proposta, todo este processo, a primeira fase teve apoio
152 financeiro da IUCN e da WWF, e na segunda fase o Ministério, por meio da Diretoria
153 de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, promoveu este
154 seminário amplo de discussão, que resultou na proposta de regulamentação da lei que
155 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que atualmente encontra-se na
156 consultoria jurídica do Ministério para análise no que diz respeito a sua legalidade e
157 constitucionalidade. Nós estamos então na fase final. A participação foi bastante efetiva,
158 todas as ONGs integrantes do CONAMA participaram desse processo, e então
159 encerramos o processo participativo como havia sido proposto pelo Ministério no dia 12
160 de abril.

161 O texto preliminar elaborado pelos grupos de trabalho foi disponibilizado na
162 internet, nós tivemos várias sugestões, e a proposta final de regulamentação também se
163 encontra na *home page* do Ministério. Basicamente eram essas as informações que eu
164 queria fornecer aos senhores, e espero ter atendido à demanda, em especial da
165 FUNATURA que está aqui presente, e da SOS Amazônia, na pessoa do Miguel, que foi
166 quem nos solicitou este informe.

167

168 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

169

170 Continua em discussão o item. César do Espírito Santo pediu a palavra. Miguel
171 pediu a palavra.

172

173 **Miguel Scarcello – Representante das ONGs da Região Norte**

174

175 Bom dia Senhor Ministro, eu queria cumprimentar os senhores conselheiros.
176 Quanto a essa regulamentação, nós queremos aqui manifestar o nosso apoio a esse
177 processo que foi muito importante e vem amadurecendo muito essa proposição, e nós
178 consideramos que aqui o CONAMA é o fórum adequado para que ela seja apresentada,
179 para que ela seja referendada, porque é uma regulamentação que vai, na verdade,
180 efetivar a implementação, a criação e o funcionamento das Unidades de Conservação no
181 País. Nós achamos interessante que, apesar do processo ser bastante demorado e as
182 nossas Unidades de Conservação estarem exigindo uma dedicação intensa para que elas
183 funcionem, e essa regulamentação é decisiva para isso, nós achamos que mesmo assim,
184 seria importante que o CONAMA referendasse essa proposta de regulamentação. E aí
185 nos vamos sugerir que o nosso plenário possa, num futuro mais breve, dar um voto de
186 confiança a esta proposta e que ela seja analisada através de uma câmara técnica
187 específica para isso, uma câmara técnica temporária específica para avaliar esta
188 proposta de regulamentação do SNUC, para que ela possa ser aprovada aqui em
189 plenário no tempo mais breve possível, se possível na próxima Reunião Ordinária, no
190 sentido de que o CONAMA, sendo o órgão máximo de deliberação que nós temos,
191 dando continuidade a todo o trabalho que já vem sendo feito do SNUC, que passou por
192 esta casa e que foi avalizado pelo Congresso Nacional como projeto de lei, que a gente
193 possa também nessa última etapa passar por aqui, e esta Casa dar seu aval para que essa
194 regulamentação seja, o mais breve possível, encaminhada à Casa Civil para sua
195 aprovação e a criação do decreto pelo Presidente da República.

196

197

198

199 **José Sarney Filho – Ministro de Estado do Meio Ambiente**

200

201 Muito bem. Gostaria de me associar a esta proposta do Miguel Scarcello. Acho
202 que é extremamente conveniente que o CONAMA se pronuncie a respeito da
203 regulamentação do SNUC. Nós todos sabemos que esse processo foi ampla e
204 democraticamente discutido, mas a manifestação formal do CONAMA daria um peso
205 político importante nas negociações que provavelmente nos vamos ter no Congresso
206 Nacional, e com a Casa Civil, lógico. Eu só gostaria de pedir, como foi lembrado pelo
207 Miguel, que essa avaliação tivesse uma tramitação rápida, já que todas as instâncias,
208 digamos, interessadas nesse assunto já tiveram a oportunidade de manifestar, de opinar,
209 e foi um assunto amplamente debatido, portanto eu vejo como muito apropriada essa
210 sugestão, e também me associo a essa sugestão.

211

212 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

213

214 Bem, com a aprovação do Senhor Presidente do Conselho nós então iremos
215 encaminhar à Câmara de Ecossistemas o projeto de minuta do decreto para que ele
216 possa ser examinado no âmbito do CONAMA.

217

218 **Miguel Scarcello – Representante das ONGs da Região Norte**

219

220 Dr. José Carlos, eu tenho uma sugestão que, se possível, se crie uma câmara
221 técnica temporária específica para isso, que analise com rapidez essa proposta, para seja
222 analisado o mais rápido possível, porque a Câmara Técnica de Ecossistemas acaba
223 sendo composta por um número bem reduzido, e gostaria que os setores aqui
224 representados pudessem participar dessa câmara técnica, que o setor produtivo pudesse
225 dar sua colaboração também à proposta, e a gente pudesse assim ter uma participação o
226 mais ampla possível.

227

228 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

229

230 Eu queria fazer, eu concordo com você que nós precisaríamos ter um espaço
231 mais ampliado de discussão, mas, dentro das novas linhas do próprio Repensando o
232 CONAMA, eu gostaria de que nós pudessemos criar aqui um grupo de trabalho
233 associado à Câmara, que teria a participação ampla o suficiente para que ele seja
234 examinado com as nuances que interessam as diversas áreas de segmentos
235 representados no Conselho.

236

237 **Miguel Scarcello – Representante das ONGs da Região Norte**

238

239 Eu estou de acordo, acho que é pertinente e abre essa oportunidade de todos
240 colaborarem também.

241

242 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

243

244 Dr. Leopoldo Brandão.

245

246

247

248 **Leopoldo Brandão – Representante da Confederação Nacional do Comércio**
249 **- CNC**

250

251 Excelentíssimo Senhor Ministro, demais autoridades que compõem a mesa,
252 senhoras e senhores membros do CONAMA. Eu queria fazer uma pequena reflexão que
253 a minha idade recomenda, eu tenho utilizado metade do meu tempo possível nessa
254 altura da vida, na coordenação de uma RPPN no Pantanal do Mato Grosso do Sul. Ela já
255 tem 106.588 hectares, no Município de Barão de Melgaço, e é um trabalho difícil
256 porque nós estamos tendo que fazer as pesquisas todas, uma vez que o conhecimento do
257 Pantanal está muito no “achismo” e pouco na conclusão científica, mas está
258 caminhando, e eu tenho uma atuação em dois sentidos: fazer aquela RPPN funcionar,
259 mas, simultaneamente, ampliar o apoio de setores privados da economia para criar
260 novas RPPNs. Mas a minha reflexão aqui é a seguinte, essa discussão sobre o SNUC,
261 ela é, eu diria, preliminar, é preciso arrumar a casa do ponto de vista institucional para
262 que tenha argumentos mais firmes para discutir com os grandes grupos que podem ser
263 mobilizados para apoiar mais a iniciativa. Do ponto de vista da organização do Estado
264 em relação a isso, eu considero a situação muito triste, pois nós temos um pequeno
265 percentual do Brasil ainda, já em Unidades de Conservação, essas Unidades não estão
266 adequadamente implantadas e equipadas para o seu pleno funcionamento, há carência
267 de todas as ordens que resultam numa necessidade de recursos financeiros bastante
268 substanciais, e há riscos demais dessas Unidades se perderem porque não têm tido os
269 meios necessários, humanos e materiais, para que elas sejam efetivamente cuidadas. Por
270 outro lado, um País como o nosso com a maior biodiversidade entre todos os países do
271 planeta, tem que considerar as Unidades de Conservação no nível mínimo de 10% do
272 País como absolutamente indispensável, e eu diria urgente e já um pouco atrasado.
273 Então todo o esforço de velocidade de arrumação institucional para que este trabalho
274 possa partir para a segunda fase é absolutamente essencial. Eu fiquei muito feliz com a
275 declaração do Ministro de empenho pessoal dele para que isso seja desenvolvido no
276 menor prazo possível, e queria declarar a ele como homem que trabalha no setor
277 privado, que o setor privado está mais disposto do que se imagina, mas muito ansioso
278 por uma definição final do ponto de vista institucional. Então essa definição é
279 importante para as Unidades do controle do Estado, mas é importante para a atuação da
280 iniciativa privada que não deve ser desprezada. A iniciativa privada é mais flexível, é
281 mais rápida, não depende de várias instâncias para as suas decisões, depende de
282 pequenos grupos de decisão, e tem, como eu tenho experiência pessoal, tem se disposto
283 a realmente dar uma contribuição ao País. Essa contribuição é essencial, eu diria o nível
284 mínimo do País é 10%, eu creio que nós estamos na metade disso, eu não tenho o
285 número exato porque isso varia conforme a fonte de informação, mas é muito pouco o
286 que nós temos hoje, e é urgente que, pelo menos uma amostra representativa de cada
287 ecossistema, de cada bioma importante do Brasil, seja caracterizada como unidade de
288 conservação para o resto da vida, permanente. Isso é uma necessidade do País, é uma
289 necessidade que transcende a muitas outras que são passíveis de serem corrigidas mais
290 na frente. Mas esta se não for colocada em prática, ela é irrecuperável, e o risco de
291 perdas irrecuperáveis nós não podemos ser responsáveis por eles. É um apelo que eu
292 faço consciente de que estou somando esforços no sentido de que a ação seja mais
293 eficaz possível. Muito obrigado.

294

295 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**
296 Miguel.

297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346

Miguel Scarcello – Representante das ONGs da Região Norte

Para viabilizar ou efetivar o encaminhamento daquela matéria anterior, relacionada à regulamentação do SNUC, eu gostaria que a Diretoria do CONAMA deixasse bem claro qual é o procedimento que a gente vai usar, porque o grupo de trabalho é consequência do Repensando o CONAMA, é uma proposição que vem para a nova proposta de regimento do CONAMA, e as câmaras técnicas temporárias fazem parte do atual regimento que ainda esta em vigor. Então eu gostaria de ver qual é, na verdade, o encaminhamento que nós vamos adotar para criação desse mecanismo, se é o grupo de trabalho ou se é a câmara técnica temporária, e dependendo de qual das duas que nós vamos adotar, eu gostaria que fosse garantida a mais ampla participação de representantes de outras instituições que não fazem parte do plenário, para colaborar na discussão técnica dessa matéria também.

Maurício Andres Ribeiro – Diretor do CONAMA

Acredito que poderíamos criar já, imediatamente, este grupo de trabalho relacionado com a regulamentação da lei do SUNC, convocar o grupo de trabalho, distribuir a proposta que está em discussão, e, uma vez o grupo de trabalho apresentando o seu relatório, isso seria submetido a análise jurídica e trazido ao plenário do CONAMA, parece que esse é..., na próxima Reunião Plenária Ordinária do CONAMA, em Julho.

Miguel Scarcello – Representante das ONGs da Região Norte

Concordo. O que eu queria enfatizar é a gente, só para minha informação, eu devo estar desinformado, mas a criação de grupos de trabalho dentro de câmaras técnicas é pertinente ao atual regimento ou ao novo regimento que foi aprovado no Repensando o CONAMA? Vale nos dois.

José Sarney Filho – Ministro de Estado do Meio Ambiente

Eu vou passar a presidência dos trabalhos ao Dr. José Carlos, pois eu tenho que me ausentar, e gostaria mais uma vez de agradecer a presença de todos e dizer que, como sempre, é uma maneira de agir do Ministério do Meio Ambiente, o CONAMA, as decisões relativas ao CONAMA, têm da parte do Ministério do Meio Ambiente toda a consideração possível, toda a consideração merecida, e tenho tentado sempre em todas as discussões, colocar sempre o CONAMA como o órgão de deliberação máxima na política ambiental, e de certa forma, isso tem sido muito bom para as políticas do Ministério do Meio Ambiente, e esta parceria, digamos assim, esse entrosamento entre o CONAMA e o Ministério do Meio Ambiente que tem se fortalecido, é muito importante para, conforme eu disse inicialmente no meu discurso, para que a gente possa internalizar as políticas ambientais no seio das administrações federal, estadual e municipal. Portanto, quero mais uma vez agradecer a todos por essa colaboração e deixar clara a disposição do Ministério de seguir estritamente as determinações oriundas das decisões do plenário do CONAMA.

347 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

348

349 Bom, vamos dar prosseguimento a nossa Reunião e eu gostaria, nesse momento,
350 para registrar em Ata e atender às formalidades legais, declarar empossados como novos
351 membros do CONAMA: Nilson Fernandes da Cruz, titular, Assessor da Secretaria de
352 Acompanhamento de Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança da Presidência
353 da República; Antonio Carlos dos Santos Mendes, como suplente, Assessor da
354 Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
355 Hamilton Nobre Casara, titular, Presidente do IBAMA, e Vicente Gomes da Silva,
356 como suplente, Procurador Geral do IBAMA.

357 Nós saltamos Eliana Filomena. Nós estamos lendo apenas os nomes, cujas
358 portarias foram publicadas no Diário Oficial. Desculpem pela falha da remessa indevida
359 dos nomes que constam na lista que vocês tem. Em seguida...conselheiro da Região
360 Centro-Oeste.

361

362 **César Vítor do Espírito Santo – Representante das ONGs da Região**
363 **Centro-Oeste**

364

365 É só um esclarecimento, esse grupo de trabalho que está sendo criado ele já tem
366 que ser formado hoje com os nomes, ou isso vai ser feito ao longo do dia para depois
367 fechar, como vai ser feito esse processo?

368

369 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

370

371 Bom, durante a realização da nossa reunião a Dra. Inah, em articulação como
372 Conselho e a Secretaria Executiva, vai identificar os nomes que irão compor o grupo de
373 trabalho.

374 Em seguida passamos ao item cinco, correspondente à ordem do dia. Item 5.1:
375 processo que dispõe sobre resíduos de serviços de saúde. Trinta minutos para discussão
376 e deliberação. Proposta de resolução procedente da Câmara Técnica Permanente de
377 Controle Ambiental. Dr. Shelley Carneiro.

378

379 **Shelley Carneiro – Representante da Confederação Nacional da Indústria -**
380 **CNI**

381

382 Prezado Presidente da mesa, José Carlos Carvalho, demais componentes da
383 mesa, caros colegas, eu gostaria de apresentar esse documento que hoje está sendo
384 apresentado para vocês, como fruto de um trabalho que foi feito por um grupo criado há
385 sete meses na Câmara Técnica, a pedido do CONAMA, em relação a uma série de
386 problemas que vinham acontecendo na área de resíduos hospitalares, na área de resíduos
387 de serviços de saúde. Esse grupo se reuniu com a presença de vários estados, teve uma
388 participação ativa do Ministério da Saúde, da ANAMMA que coordenou esse grupo de
389 trabalho, a Associação Nacional dos Municípios, e após várias e várias discussões ele
390 chegou no fim do ano passado aqui no CONAMA. Eu tirei de pauta por uma série de
391 dúvidas que ainda pairava sobre esse documento, eu pedi para tirar de pauta, e que isso
392 retornasse para nossa Câmara para um maior esclarecimento de alguns pontos que
393 surgiram aqui. Sei que existem ainda alguns pontos duvidosos, mas é um documento
394 que abrange um assunto que precisa ser devidamente regulamentado no nosso País, isso
395 porque ao longo das reuniões e as informações que me foram passadas durante as
396 reuniões da Câmara Técnica, o problema do descaso com o problema do lixo de serviço

397 de saúde no nosso País é uma vergonha nacional, pelo que me foi apresentado pelo
398 Ministério da Saúde, e, principalmente, pelo Representante da ANAMMA. Por isso eu
399 estou apresentando aos senhores esse projeto, essa proposta de resolução, e eu gostaria
400 de chamar a atenção para alguns itens, para não ter que ler o documento todo, mas para
401 apenas alguns itens que foram os itens mais discutidos na nossa Câmara durante a
402 tramitação desse documento.

403 Eu gostaria de chamar atenção para a conceituação de resíduos de serviços de
404 saúde, plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, sistema de tratamento
405 de resíduos de serviços de saúde e sistema de destinação final de resíduos de serviços de
406 saúde. Um instrumento que foi colocado que eu acho que é um instrumento que tem que
407 ser bastante analisado pelos senhores é o plano de gerenciamento de resíduo de serviço
408 de saúde, que passa a ser obrigatório a todo o sistema de hospitais, a todo o pessoal que
409 mexe com produtos perigosos para a sociedade. Bem, gostaria também de chamar
410 atenção para os itens dos artigos 11, 12 e 13, que criam algumas responsabilidades sobre
411 o problema de resíduos de saúde, e chamar atenção para o anexo que classifica os
412 resíduos nos grupos A, B, C, e D. Estes itens foram bastante discutidos e depois de
413 bastante discutidos foram aprovados pela Câmara Técnica, e eu estou aqui trazendo para
414 os senhores para análise ou aprovação dos senhores. E só isso, e eu fico à disposição
415 para qualquer esclarecimento.

416

417 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

418

419 Em discussão. Pela ordem de inscrição: Finotti, Leopoldo Brandão e o Secretário
420 Paulo Ferreira.

421

422 **Paulo Finotti – Representante das ONGs do Sudeste**

423

424 Senhor Presidente, membros da mesa, companheiros, senhoras e senhores, meu
425 cordial bom dia. Como membro da Câmara Técnica de Controle Ambiental tive a
426 oportunidade de participar do processo inicial de elaboração dessa proposta, e,
427 posteriormente, com grande satisfação enviei uma técnica de mais alto gabarito,
428 professora doutora Ângela da USP de Ribeirão Preto, para dar prosseguimento ao
429 trabalho. Por coincidência, essa senhora esteve no Canadá a convite do governo de lá,
430 tratando do mesmo assunto, e não apenas aqui nesta Casa, como em minha sociedade na
431 sede em Ribeirão Preto, várias vezes tivemos a oportunidade de discutir e analisar todos
432 os artigos que envolviam este trabalho, e finalmente, inclusive na última reunião, da
433 Câmara de Controle Ambiental, onde nós aprovamos esta proposta, este conselheiro
434 houve por bem ainda acrescentar alguns tópicos que considerava necessários para o
435 trabalho. Assim sendo, e que pese ser um assunto polêmico, há uma urgente necessidade
436 neste País de que nós tenhamos uma qualidade no trabalho em resíduos de serviços de
437 saúde. Pontos polêmicos como talvez o artigo 13, ou foi, não é mais na medida em que é
438 consenso mundial o tipo de redação que nós estamos tratando. Pontos mais tranquilos
439 são aqueles da nossa própria consciência em pensar e desenvolver um trabalho sério,
440 como nós o fizemos técnico e científico. Isto posto, senhoras e senhores, face ao que o
441 nosso Presidente da Câmara, Shelley, houve por bem apresentar eu solicito a Vossas
442 Senhorias o empenho na aprovação desta proposta. Muito obrigado.

443

444 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

445

446 Em discussão. Conselheiro Leopoldo Brandão.

447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496

Leopoldo Brandão – Representante da CNC

Senhor Presidente, senhoras e senhores conselheiros, eu tenho uma preocupação prática: existem hospitais de grande porte, em geral localizados em cidades maiores, mas existem hospitais menores, extremamente úteis e importantes, e próximos de comunidades que não teriam recursos para se deslocar para centros maiores. Acho que esses hospitais têm que merecer todo o cuidado, porque eles representam para as populações distantes das cidades grandes o único recurso para um tratamento mais adequado. Eu imagino que será inviável para esses pequenos hospitais de 50, 60 leitos montarem um sistema com a eficácia e com a eficiência que nós todos desejamos. A minha ponderação aos doutores mais intensos nessa resolução, é que seja estudado um mecanismo onde fosse possível regionalizar esse tratamento, até uma distância X, é melhor fazer um tratamento central adequado do que fazer três, quatro ou cinco tratamentos mal feitos, incompletos, insuficientes, que não solucionariam o problema. Eu não li, não encontrei no texto da resolução esta possibilidade, mas acho que ela não tem nada de extraordinária, é uma realidade brasileira de cinco mil e quinhentos municípios, em que, provavelmente 90%, têm pequenas unidades hospitalares e não teriam condições de fazer uma instalação adequada. Eu faço um apelo aos atores permanentes e continuados desta resolução para que seja estudado e estimulado este mecanismo que produziria extremos resultados, extraordinários resultados, do ponto de vista ambiental e não enfraqueceria a norma, pelo contrário, fortaleceria a norma, e seria mais realista do ponto de vista de custos e de competência técnica. É um assunto sério em que provavelmente nos temos aí quatro mil hospitais no Brasil, que não teriam condições de fazer a instalação tecnicamente adequada sozinhos, e em conjunto, isso seria viável. É uma ponderação de quem viaja grande parte do tempo em cidades e regiões interiores do Brasil, e que sente este problema de perto, e até pessoalmente se empenha em encontrar soluções, mas está difícil, pois precisaria de instalações de competência técnica que não estão difusas no País. É um apelo que eu faço a quem está trabalhando mais diretamente, para estudar esta alternativa que me parece muito possível, adequada e produtiva.

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

Secretario Paulo Ferreira.

Paulo Ferreira – Representante do Governo do Estado de São Paulo

Dr. José Carlos, digna mesa, meus prezados companheiros, bom dia a todos. Eu tenho adotado a postura de não postergar discussões, de a gente adotar a solução possível no momento mais rápido que for possível, mas eu pediria desculpas ao prezado companheiro que liderou a Câmara Técnica, e acho que este trabalho está de excelente nível, mas discutindo mais profundamente lá em São Paulo, nós temos algumas dificuldades. Então eu pediria permissão à mesa para solicitar vistas, e assumir o compromisso de trazer esse processo, talvez até na metade do prazo, em quinze dias, com uma colaboração no intuito de dar uma colaboração maior, e para tentar aprimorar um pouco mais se assim a Câmara Técnica entender.

497 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

498

499 Pedido de vistas concedido nos termos regimentais. Shelley Carneiro,
500 Conselheiro.

501

502 **Shelley Carneiro – Representante da CNI**

503

504 Dr. José Carlos eu só queria dizer que a preocupação, essas preocupações que
505 foram colocadas aqui sobre o documento, eu estou de acordo com elas, eu acho que é
506 para isso que nós estamos aqui, para melhorar esse documento e procurar melhorar em
507 conjunto. Acho que é um documento que está bastante bom, no seu todo, ele tem coisas
508 bastante interessantes, tem algumas coisas que a gente pode discutir um pouquinho
509 mais, elaborar um pouquinho mais. Esse problema que foi colocado dos pequenos
510 hospitais é uma coisa que preocupa mesmo, preocupa a todos nós, eu questionei muito
511 durante as reuniões se o recolhimento e a coleta do lixo de remédios e etc. em
512 farmácias, como é que seria feito isso. Levando em consideração que uma farmácia em
513 pequenas cidades do Norte, do Nordeste, a dificuldade de isso chegar novamente ao
514 consumidor, que era o responsável, isso ia trazer tremendas dificuldades, e isso foi
515 muito discutido. É um projeto que nós estamos trazendo, que foi aprovado pela Câmara,
516 mas que essas emendas são sempre muito bem vindas, porque a intenção nossa é
517 exatamente que a gente tenha um projeto bastante discutido, bastante elaborado, e com a
518 contribuição de toda a sociedade que esta aqui representada. Obrigado.

519

520 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

521

522 Em seguida passamos ao item 5.2 da pauta correspondente à ordem do dia, que
523 dispõe sobre modelos de publicação de licenciamento ambiental. Tempo para discussão
524 e deliberação é de vinte minutos. Com a palavra a Câmara Técnica.

525

526 **Shelley Carneiro – Representante da CNI**

527

528 Essa proposta que foi feita por São Paulo, eu gostaria que ele colocasse isso para
529 nós aqui na Câmara, foi pedida por São Paulo, no dia da reunião foi trazida aqui na
530 Câmara por São Paulo e aprovada pela Câmara Técnica. É um pedido que foi discutido
531 na Câmara, aprovado, porque ele é um processo de racionalização para as pequenas
532 empresas que hoje têm que fazer publicação em jornais e diários oficiais da mesma
533 maneira que uma grande empresa o faz. Então é para racionalizar o problema de custos
534 para as empresas, essa simplificação que seria dada aos estados na publicação para o
535 licenciamento ambiental dessas unidades. Então fica aqui se São Paulo quiser fazer
536 algum complemento, ou então colocaríamos em discussão no plenário para as devidas
537 justificativas da Câmara Técnica.

538

539 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

540

541 O texto foi distribuído acho que é uma resolução apenas que estabelece um
542 modelo de publicação, acho que é uma questão simplificada, mas está em discussão a
543 proposta correspondente ao item 5.2. Representante Conselheira de Santa Catarina, no
544 microfone por gentileza.

545

546

547 **Suzana Maria Cordeiro Trebien – Representante do Governo do Estado de**
548 **Santa Catarina**

549
550 Bom dia a todos, tendo em vista algumas dificuldades na interpretação para
551 aplicação desta resolução, a gente solicita então vistas a este processo.

552
553 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

554
555 Regimentalmente pedido de vistas concedido. Conselheiro Finotti. A concessão
556 é regimental, a mesa tradicionalmente concede pedido de vistas.

557
558 **Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste**

559
560 Eu ia falar exatamente sobre o pedido de vista. Como é uma resolução de
561 pequeno porte, talvez, e eu vou solicitar à Conselheira de Santa Catarina que repense o
562 assunto, talvez nos pudéssemos num prazo aí de vinte minutos, ou um pouco mais,
563 resolver este problema aqui no próprio plenário, se a nobre Conselheira assim estiver de
564 acordo, é isso que eu peço para nós agilizarmos os nossos trabalhos.

565
566 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

567
568 Bom, nós estamos diante de um pedido formal de vistas concedido, somente a
569 Conselheira que pediu vistas é que pode deliberar em contrário. Aí nos poderíamos,
570 numa inversão de pauta, se acharmos que pode haver um entendimento, voltar com a
571 matéria ao final da reunião, mas o pedido de vistas continua concedido
572 regimentalmente.

573 Em seguida passamos ao item 5.3 que dispõe sobre cores para a coleta seletiva,
574 matéria procedente da Câmara Técnica de Controle Ambiental. O Presidente da
575 Câmara, Conselheiro Shelley Carneiro tem a palavra.

576
577 **Shelley carneiro – Representante da CNI**

578
579 Muito obrigado, Dr. José Carlos. Essa proposta foi feita à Câmara através das
580 ONGs que estavam vendo problemas, isso foi entregue à Câmara há seis meses, e as
581 ONGs estavam vendo problemas porque as cores estavam sendo usadas nos vários
582 estados, nos vários municípios, das mais variadas maneiras, não obedecendo a uma
583 regra que padronizasse isso. Então, me foi pedido que fizesse um trabalho, esse trabalho
584 não teve um grupo de trabalho específico, ele foi trabalhado através do Representante
585 das ONGs que coordenou esse trabalho para nós, junto ao Ministério do Meio Ambiente
586 que participou ativamente desse processo, na apresentação e na publicação do
587 documento que ora os senhores têm. Então, gostaria de entregar a palavra para um
588 pequeno esclarecimento sobre essa matéria ao coordenador desse trabalho que foi o Dr.
589 Finotti das ONGs que tinha feito a pedido da Câmara Técnica.

590
591 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

592
593 Palavra concedida ao Conselheiro Finotti.

594
595
596

597 **Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste**

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

Como os senhores devem observar e devem ter acompanhado, principalmente quem viaja por este País, o processo de coleta seletiva, apesar de ser uma tentativa de grande mérito, ele é feito de forma até um tanto quanto confusa. Então, na realidade, esta resolução é inclusive, Caro Presidente, *sui generis*, porque em seu parágrafo único do Artigo Segundo ela desenvolve um processo de recomendação ou a padronização de cores para todo o sistema de recolhimento seletivo de recicláveis, etc. Ela é simplesmente isso. Os senhores podem observar que essa padronização vai nos permitir um posicionamento bem melhor no trabalho e no processo posterior ao recolhimento. Então, nós temos aí as diversas cores que estão colocadas como anexo, e eu solicito aos senhores conselheiros, como se trata de uma tentativa primeira de padronização, que apóiem essa proposta. É isso, muito obrigado. (...) É internacional, a origem da lista é internacional. A lista é internacional inclusive ela nos foi fornecida por duas ou três multinacionais que desenvolveram o processo e trouxeram, e todas elas coincidentes com essas cores.

Maurício Andres Ribeiro – Diretor do CONAMA

Gostaria apenas de complementar também dizendo que o processo foi submetido para análise técnica tanto da área do Ministério que cuida da questão de resíduos e coleta seletiva, como também do IBAMA, e houve um reforço à necessidade de definir de acordo com esses padrões.

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

Continua em discussão. Conselheira representante do IBS.

Maria Cristina Yuan – Representante do Instituto Brasileiro de Siderurgia - IBS

Eu só queria pedir a algum representante do grupo de trabalho ou da Câmara que elaborou essa proposta, que esclareça o Artigo Terceiro porque eu tenho uma certa dúvida em relação ao texto, porque me parece, quer dizer, que seria admitida uma gradação de cores em função de cada conjunto de materiais, mas o caput, ou pelo menos que o Parágrafo Único se tornasse o caput, porque na minha opinião o caput não diz nada: “as cores constantes do Anexo Um terão tonalidade e densidade variáveis em torno da média de cada cor base”. Porque, na verdade, o que eu consegui entender que se pretendia foi através do Parágrafo Único, que dizer em função da pureza e da qualidade do material poderia ter um degradée de cores. Mas, na verdade, isso aí, quer dizer, vai dificultar, porque se pretende padronizar, vamos supor, dentro da categoria metal que eu pude ver aqui que é amarelo, pode ter cobre ou pode ter aço, etc, e estou entendendo que mesmo dentro do aço, por exemplo, na sucata, poderia ter diferentes níveis de pureza. E se não houver uma padronização simplesmente não vai adiantar nada, porque um pode entender que uma sucata mais pura pode ser um amarelo mais escuro, e outro entender que é um amarelo mais claro, então eu acho que este Artigo aí, e como disse o Finotti que é uma primeira tentativa, talvez nos pudéssemos nos ater às cores básicas e não introduzir um degradée aí que vai causar uma enorme confusão.

647 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

648

649 Continua em discussão, Conselheiro Finotti da Câmara Técnica.

650

651 **Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste**

652

653 Sob o ponto de vista técnico, eu estou de acordo com a Conselheira Cristina, no
654 entanto, existem atividades, principalmente quando o processo é didático, há uma
655 tentativa por parte dos produtores desses materiais ou então das próprias prefeituras ou
656 empresas, de tentarem desenvolver alguma coisa sob o ponto de vista até artístico.
657 Razão pela qual eles podem trabalhar com tons degradée e outros, então isso até para
658 embelezar o local e tudo mais, mas mantendo a cor padrão, esta é uma das razões de
659 estar nesta situação.

660

661 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

662

663 Continua em discussão, Conselheiro Leopoldo Brandão.

664

665 **Leopoldo Brandão – Representante da CNC**

666

667 Senhor Presidente, senhoras e senhores conselheiros, o Parágrafo Único do
668 Artigo Segundo “fica recomendada a adoção do referido padrão de cores por programas
669 de coleta seletiva estabelecidos pela iniciativa privada, cooperativas, escolas, igrejas e
670 organizações não governamentais”. Essa lista é restritiva. Ou se põe como, ou se dá uma
671 abertura, porque, por exemplo, eu na minha atividade, eu não me enquadro em nenhuma
672 dessas categorias, eu não sou igreja, não sou cooperativa, é uma RPPN que não está...,
673 então eu sugiro que a redação seja mais elástica, “tais como” ou qualquer coisa assim,
674 porque senão nós ficamos excluídos. Já é uma recomendação e ainda exclui, não fica
675 então com muita força.

676

677 Agora em relação ao número de cores, eu confesso que eu acho o número
678 extremamente grande, dez cores, é uma confusão, uma coisa terrível, se nós pudéssemos
679 trabalhar com um menor número, pelo menos durante uma certa fase, isso facilitaria a
680 implantação do sistema. Porque são muitas cores, é verdade que várias delas não se
681 aplicam em cada situação, em cada situação se aplica um certo número. Mas, de
682 qualquer maneira, eu estou surpreso com a quantidade de cores que inventaram, e isso
683 na prática dificulta muito porque nós estamos trabalhando nessa matéria com quatro
684 cores, e já é um esforço muito grande de educar, de recomendar, e de persuadir, e se nós
685 passamos para dez isso fica um negócio impossível, então, do ponto de vista prático, eu
686 não sei como é que se conseguiria. É verdade que nós temos que nos ater ao padrão
687 internacional, tem aí uma dificuldade prática, mas é uma surpresa esse número tão
688 grande.

688

689 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

690

691 Conselheiro Finotti.

692

693 **Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste**

694

695 Conselheiro Leopoldo, a primeira parte quando se trata da modificação do
696 Parágrafo Único, este Conselheiro acata perfeitamente ao pedido que é viável, agora

697 com relação a esse número de cores, o próprio Conselheiro levantou muitas vezes, nós
698 vamos encontrar dois recipientes, outras vezes três ou quatro, agora numa indústria,
699 onde a reciclagem é feita diuturnamente, é possível que encontremos mais, mas o
700 processo, até o processo de aprendizado também vai ser muito maior. Então é esse o
701 aspecto, que dizer, a maior parte das cores aqui utilizada será as mesmas que nós
702 encontramos nesses recipientes, quando vamos a municípios, etc. que na realidade
703 fazem a coleta separada, mas colocam tudo no mesmo caminhão, essa é a verdade.
704 Então todo esse processo levantado é isso, quer dizer, nem sempre, quase sempre vamos
705 encontrar apenas duas ou três cores nas coletas. É isso.

706

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

707

708

Continua em discussão. Conselheira Cristina.

709

710

Maria Cristina Yuan – Representante do IBS

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

729 Continua em discussão, alguém mais gostaria de se manifestar? A Conselheira
730 Cristina tem uma proposta concreta de alteração do Artigo, gostaria de ouvir o
731 Conselheiro Finotti, relator.

732

733

734

Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste

735

736

737

738

739

740

Vamos começar com relação ao Artigo Quinto. Realmente ter prazo numa
736 recomendação é um tanto quanto complexo, e a filosofia desta Resolução está mais para
737 o critério recomendação do que de determinação, então o Conselheiro acata, e nós
738 temos que fazer uma alteração. Eu sugiro, eu solicito a Conselheira Cristina que
739 apresente uma proposta.

741

742

743

744

745

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

743 Continua em discussão. Leila Ollaik, Conselheira representante do Ministério da
744 Previdência.

746 **Leila Giandoni Ollaik - Representante do Ministério da Previdência e**
747 **Assistência Social**

748

749 Talvez possa ser colocada em votação, então, uma alteração desta Resolução
750 encurtando o Parágrafo Único do Artigo Segundo parando ali em “programas de coleta
751 seletiva”, transformando o Parágrafo Único no caput do Artigo Terceiro, e eliminando o
752 Artigo Quinto. Então, talvez ela pudesse já ser aprovada nesta Reunião com estas três
753 alterações, como seria uma contraproposta, eu sou Leila Ollaik, Conselheira
754 representante do Ministério da Previdência.

755

756 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

757

758 Relator, Conselheiro Finotti.

759

760 **Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste**

761

762 Sinceramente eu não prestei muita atenção, eu pediria...faz favor.

763

764 **Marília Marreco Cerqueira – Representante do Ministério do**
765 **Desenvolvimento Agrário.**

766

767 Marília Marreco Cerqueira, representante do Ministério do Desenvolvimento
768 Agrário. Parece-me que a obrigatoriedade do Artigo Quinto, em relação ao prazo, se
769 refere àquelas entidades da administração federal, estadual e municipal constantes do
770 Artigo Segundo, que fala “devem seguir”, devem seguir é obrigatoriedade, então, nesse
771 caso, prevê o prazo do Artigo Quinto que não seria válido para as entidades que
772 estariam compreendidas no Parágrafo Único do Artigo Segundo, que seriam as
773 entidades de classe ou da sociedade civil e etc., e talvez, em relação ao Parágrafo, a
774 questão da obrigatoriedade, só uma mudança talvez de verbo ali, talvez poderia resolver
775 a questão no Artigo Terceiro.

776

777 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

778

779 Conselheiro Finotti conseguiu captar as sugestões da Conselheira Marília?

780

781 **Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste**

782

783 Com relação ao Artigo Terceiro, onde nós temos “as cores constando do padrão
784 de cores do Anexo Um terão tonalidades e intensidades variáveis em torno da média de
785 cada cor base”, nós poderíamos substituir por “poderão ter”. Ok. Com relação ao Artigo
786 Quinto “as entidades terão prazo de até doze meses”, nós podemos remeter àquelas
787 correspondentes ao Artigo Segundo, ao caput do Artigo Segundo, confere? E,
788 finalmente, o Parágrafo Único do Artigo Segundo “fica recomendada a adoção do
789 referido padrão de cores por programas de coleta seletiva para as demais entidades”,
790 espera aí, vamos ver, “fica recomendada a adoção do referido padrão de cores por
791 programas de coleta seletiva, ponto”.

792

793 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

794

795 Continua em discussão. Pois não.

796
797
798
799

Jane Carol Lima Florêncio – Representante da Secretaria de Estado de Comunicação do Governo

800 Aqui no Artigo Segundo Parágrafo Único, eu acho que talvez pudesse ficar
801 exatamente como está a redação, só que por programas de coleta seletiva estabelecidos,
802 “entre outros”, pela iniciativa privada, cooperativas, escolas e tal, porque se encerrar em
803 “seletiva” fica sem sentido o texto, ele aí poderia ser retirado, inclusive, eu acho que o
804 Primeiro define prazo para a administração federal, estadual e municipal, e o Parágrafo
805 Único ele envolve de forma recomendativa o restante da sociedade. Talvez aí, só botar:
806 “estabelecido, entre outros,” e aí faz as citações, porque aí envolve todo mundo. Com
807 relação ao Artigo Terceiro, eu gostaria de sugerir, de repente, até a supressão, porque eu
808 acho que houve duas ponderações muito claras quanto a quantidade de cores, dez é
809 muito, é realmente. É porque se observa, na prática, que não se utilizam nem as quatro
810 que existem hoje, então, talvez, fosse adequado retirar, não dar alternativa, sugerir as
811 dez cores e, por enquanto, tentar educar para dez cores, porque nós não dominamos nem
812 quatro atualmente. Eu não sei, acho que é uma questão de bom senso, nós estamos
813 fazendo aqui uma abertura que é impossível de trabalhar na realidade brasileira hoje me
814 parece. As dez, é, no mínimo trinta, enfim, é uma confusão muito grande, acho que nós
815 temos que simplificar, porque é inviável isso aqui na prática. Talvez, no momento, se
816 suprimir este Artigo Terceiro seria o ideal, tentar implantar as dez cores, que já é mais
817 que o dobro do que a gente pratica hoje, e mal, só como sugestão.

818
819

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

820
821
822

Registrado. Com a palavra o relator, Paulo Finotti, para reagir às sugestões apresentadas.

823
824
825

Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste

826 Com relação ao Parágrafo Único do Artigo Segundo, eu vou reler com a
827 observação da Conselheira: Parágrafo Único: “fica recomendada a adoção do referido
828 padrão de cores por programas de coleta seletiva estabelecidos, entre outros, pela
829 iniciativa privada, cooperativas, escolas igrejas e organizações não governamentais”,
830 confere Conselheira? O Artigo Segundo cria, e libera no Parágrafo Único uma
831 recomendação.

832 Quando se trata do Artigo Quinto que dá o prazo, as entidades terão prazo, as
833 entidades aí se estabelece “as entidades constantes do caput do Artigo Segundo terão até
834 doze meses para se adaptar as recomendações desta Resolução”. Com relação ao Artigo
835 Terceiro, apesar das ponderações da nobre Conselheira a respeito de cores, eu mantenho
836 a posição, e espero que o plenário decida. Eu mantenho a posição da possibilidade de se
837 fazer algumas nuances nestas cores, é lógico que aí vai se seguir o consenso, ninguém
838 vai transformar rosa em azul, está certo?

839
840
841

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

842 Continua em discussão para que nós possamos iniciar o processo de votação da
843 matéria. Ao que me parece há consenso no texto, com exceção do Artigo Terceiro. É
844 isso. Então vamos destacar o Artigo Terceiro, votar o texto e destacar o Terceiro para
845 votação em separado.

846 **Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste**

847

848 Senhor Presidente, eu tenho uma outra observação feita pelo Conselheiro Renato
849 Aragão, com relação ao Parágrafo Único do Artigo Quarto, onde ele coloca, ele acha
850 que há excesso de exemplos, onde nós estamos falando “metal: alumínio, plásticos:
851 pet”, então as instituições poderão incluir informações adicionais sobre o tipo de
852 material a ser colocado, e não citar quais são porque já existem no anexo. E essa eu
853 acato também.

854

855 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

856

857 Então, excluindo o exemplo que consta do Parágrafo. Está acatado também este.
858 Nós vamos colocar em votação o texto com as modificações discutidas, destacando o
859 Artigo Terceiro para votação em separado. Estou entendendo que o relator, Conselheiro
860 Finotti, incorporou as recomendações que foram aqui explicitadas, com exceção do
861 Artigo Terceiro e Parágrafo. Então, nós vamos colocar em votação o texto da
862 deliberação com destaque do Artigo Terceiro e Parágrafo. Os conselheiros que
863 estejam..., Conselheira Cristina, no microfone, por gentileza.

864

865 **Maria Cristina Yuan – Representante do IBS**

866

867 Eu estava aqui ponderando com o relator que, como o Artigo Quinto se tornou
868 de atendimento compulsório, porque vinculou ao caput do Artigo Segundo, a minha
869 sugestão seria que, além de se fazer uma remissão ao caput do Artigo Segundo, também
870 para “se adaptarem às diretrizes desta Resolução”, ou “para se adaptarem a esta
871 Resolução” e suprimir “recomendações”, porque recomendação parece uma coisa...

872

873 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

874

875 Parece-me que melhora o texto, Conselheiro Finotti, está acolhida? Está
876 acolhida. Votamos com estas modificações no texto, destacando o Artigo Terceiro e
877 Parágrafo. Os conselheiros que estejam de acordo, que queiram se manifestar a favor
878 levantando os seus respectivos amarelinhos. Contabilizados trinta e cinco votos a favor.
879 Agora, por gentileza, os que estejam contra. Nenhum voto contra. Os que queiram fazer
880 abstenção. Uma abstenção. Aprovado.

881

882 Em seguida votaremos o Artigo Terceiro, que, na verdade, está entre duas
883 propostas: uma proposta do relator de manter como está, e uma proposta da Conselheira
884 Cristina, e da Jane, nossa outra Conselheira, de fixar as cores sem possibilidade de
885 dégradé. É isso que vamos votar. Desculpe. Muito bem, então para clarear o que nós
886 vamos votar, votamos a manutenção do Artigo Terceiro e Parágrafo como está, proposta
887 mantida pelo relator, ou votamos a supressão do Artigo Terceiro. Eu vou colocar em
888 votação, por ordem de preferência, a proposta do relator, então o que eu vou colocar em
889 votação é a manutenção do Artigo Terceiro e Parágrafo como consta da proposta do
890 relator. Obviamente se ela não for aprovada, se ela for aprovada, obviamente prejudica a
891 proposta seguinte. Então nós pediríamos aos senhores conselheiros que se manifestem
892 quanto à manutenção do Artigo Terceiro e Parágrafo do texto do relator. Os que estejam
893 de acordo por gentileza queiram se manifestar. Cinco votos a favor. Os que estejam
894 contra. Trinta votos. Aprovada a supressão. Alguém gostaria de se abster? Quatro
abstenções. Aprovada a supressão do Artigo Terceiro e Parágrafo. Decidida a matéria.

895 Em seguida passamos ao item 5.4 da ordem do dia que dispõe sobre a
896 superposição de áreas indígenas e Unidades de Conservação e a regulamentação da lei
897 do SNUC, matéria procedente do Grupo de Trabalho sobre a Superposição entre Áreas
898 Indígenas e Unidades de Conservação. Apresentação do Dr. Antonio Herman Benjamin.
899 Tem a palavra.

900 Bom, por alguma razão o Dr. Benjamin não está na sala, eu acabei de vê-lo aqui
901 há alguns minutos, deve ter saído por alguma razão. Na verdade, é uma informação que
902 seria trazida aos senhores conselheiros, e eu passaria ao item seguinte aguardando que
903 ele possa fazê-lo numa outra oportunidade, ainda durante essa Reunião.

904 Em seguida o item 5.5: processo que dispõe sobre a substituição da Resolução
905 CONAMA 04/85, procedente da Câmara Técnica Temporária sobre o Código Florestal,
906 e Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos. Esta matéria já tem dois pedidos
907 de vistas na mesa, que serão concedidos. Um pedido do Conselheiro Renato Aragão,
908 representando o Governo do Estado do Ceará, e outro pedido de vistas da Câmara
909 Técnica Temporária de Mata Atlântica. Tem dois inscritos. Shelley Carneiro, mais um
910 pedido de vistas pelo Conselheiro representante da Confederação Nacional da Indústria.
911 Ministério das Minas e Energia, Conselheiro Célio França, mais um pedido de vista.
912 Será muito visitado este projeto. CONTAG também, e Conselho Nacional também.
913 Marinha do Brasil. Eu vou deferir as vistas a todos os conselheiros. Vista coletiva
914 concedida. Exército Brasileiro. Ok. Concedidas as vistas que foram solicitadas.

915 Passando a matéria seguinte 5.6: dispõe sobre a autorização e doação de madeira
916 apreendida para as comunidades Pataxó. Matéria procedente da Câmara Técnica
917 Temporária para Assuntos da Mata Atlântica, e Câmara Permanente de Assuntos
918 Jurídicos. Conselheiro Francisco Soares.

919

920 **Francisco Soares – Representante das ONGs do Nordeste**

921

922 Bom dia a todos, Francisco Soares, Fundação Rio Parnaíba, representante das
923 ONGs do Nordeste. À mesa os nossos cumprimentos. De fato é um elenco de moções
924 que vão ser lidas posteriormente, e trata-se de uma audiência pública e uma Reunião da
925 Câmara Técnica de Mata Atlântica, que ocorreu em Porto Seguro, quando, na
926 oportunidade, foram ouvidos todos os setores, inclusive os Pataxós, a representação dos
927 Pataxós, dos madeireiros, dos fazendeiros, da sociedade, e, de uma maneira bem
928 democrática e bem ampla, discutidas, buscando ver os problemas que estavam
929 ocorrendo e ainda estão ocorrendo no Sul da Bahia na área da Mata Atlântica,
930 principalmente com o incêndio que, no início do ano, aconteceu no Parque Nacional do
931 Descobrimento e no Monte Pascoal, e denúncias outras, violentas, que têm ocorrido
932 naquela região com relação ao tráfico de madeira e ao desmatamento. Foi possível nessa
933 ampla audiência pública, que eu gostaria de aproveitar a oportunidade para um adendo e
934 parabenizar a nova direção do CONAMA, através do Dr. Maurício Andrés, que se
935 sensibilizou em ir *in loco*, com uma equipe representativa do CONAMA, para discutir e
936 buscar uma solução para uma série de conflitos que estavam ocorrendo na área de Mata
937 Atlântica no Sul da Bahia. E parece que essa audiência pública surtiu os devidos efeitos,
938 e desde essa audiência pública nós não tomamos conhecimento de nenhuma denúncia de
939 conflito entre os diversos setores econômicos que exploram, que vivem naquela área da
940 Mata Atlântica, principalmente as comunidades indígenas representadas pelos Pataxós.
941 Então, nessa audiência pública, e nessa Reunião da Câmara Técnica chegou-se a
942 conclusão que existe interesse e até empenho dos Pataxós em proibir e em fiscalizar a
943 reserva da Mata Atlântica naquela área, e surgiu esta proposta de moção no sentido de
944 que, o importante é que não fosse realmente retirada nenhuma madeira daquela área,

945 mas, já que ocorreu e foi apreendida pelo IBAMA, nada melhor do que dar um fim
946 social e para a sobrevivência dos Pataxós que estão atravessando uma fase muito difícil,
947 e com essa madeira eles irão tirar algum sustento para suas comunidades, somente esta
948 foi a proposta que foi amplamente aprovada, e depois discutida na Câmara Técnica de
949 Mata Atlântica, em Brasília, e referendada.

950

951 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

952

953 Está em discussão a proposta. Conselheiro Célio França, do Ministério das
954 Minas e Energia.

955

956 **Célio França – Representante do Ministério das Minas e Energia**

957

958 Senhor Presidente e senhores conselheiros, naturalmente essa proposta é fora da
959 minha competência funcional no Ministério das Minas e Energia, mas eu não resisto
960 diante deste assunto para relembrar a minha experiência como Superintendente do
961 IBAMA, exatamente na Bahia, e com tempo integral e dedicado como Vossa Senhoria
962 se lembra, é a questão ali dos Pataxós. Eu reconheço o cuidado desta moção, em que se
963 faça a doação para atividades, como diz aqui no texto, que “autorize a doação de
964 madeira de forma previamente regulamentada, controlada, por tempo limitado” e tal.
965 Agora, eu queria relembrar a este Conselho que há mais ou menos dez anos atrás, essa
966 questão já existia com a mesma intensidade, e continua existindo hoje. O meu medo é
967 de que a gente, mais uma vez, esteja encontrando uma fórmula para legitimar esta
968 devastação na área. Para quem conhece a área, acho que ainda existe uma intensa
969 articulação entre madeireiros inescrupulosos que instrumentam os índios para
970 devastarem, hoje não só a reserva deles, já totalmente devastada, como o Parque
971 Nacional altamente dizimado. Então, eu acho que esta madeira devia era ser leiloadada
972 pelo IBAMA e para cuidar ali das medidas que tem que fazer. Doar a madeira, eu acho
973 que é um incentivo muito grande para que daqui a dois anos tenha outra ilha de madeira
974 lá, e estejamos votando uma outra moção para tentar doar. Eu acho que essa madeira,
975 inclusive, se ela ficar lá como escultura da devastação é uma coisa fantástica. Eu,
976 enquanto Superintendente, na primeira hora em que cheguei lá fiquei altamente
977 sensibilizado com a questão, e meu primeiro impulso era propor à direção do IBAMA, a
978 área jurídica, encontrar uma fórmula para que se pudesse fazer essa doação em
979 benefício da situação miserável da comunidade Pataxó. Agora, na medida em que eu
980 conversei com técnicos sérios e experientes do próprio IBAMA, que passaram a vida
981 vivendo naquela área, a gente vê que isso é uma pseudo-solução, é uma forma do poder
982 público se aliviar do problema. Enquanto a madeira está lá, está uma demonstração de
983 que o poder público não é capaz de tomar conta daquela importante reserva. Eram essas
984 as considerações que eu queria fazer.

985

986 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

987

988 Retorno a palavra ao Presidente da Câmara, Conselheiro Francisco Soares, e pela ordem
989 em seguida o Conselheiro José Pedro de Oliveira Costa.

990

991

992

993

994 **Francisco Soares – Representante das ONGs da Região Nordeste**

995
996 Conselheiro Francisco Soares, Fundação Rio Parnaíba, representante do
997 Nordeste. É procedente a preocupação do Superintendente do IBAMA da Bahia, mas
998 também foi preocupação da Câmara Técnica que essa doação fosse de caráter
999 temporário, e foi na última Reunião da Câmara Técnica, foi escolhida uma
1000 representação do Governo do Estado da Bahia, pertencente à Câmara Técnica e outros
1001 dois membros mais, que durante o período desse processo de doação fizesse uma
1002 avaliação e fizesse um relatório para saber se, de fato, essa proposta nova, que surgiu
1003 como um compromisso dos Pataxós de ajudar na defesa da floresta da Mata Atlântica e
1004 será num prazo temporário, fosse avaliada se, de fato..., nós não podemos fazer um pré-
1005 julgamento, até que seria um crime, fazer um pré-julgamento de que os Pataxós, com
1006 essa doação seriam também estimulados a implementar a devastação, até mesmo porque
1007 os madeireiros não se dão bem com os Pataxós, e os Pataxós não se dão bem com os
1008 madeireiros, e jamais haverá uma união entre os dois para a destruição ou o
1009 desmatamento para depois, em seguida, a doação. Então, se teve esta preocupação de
1010 representantes da Câmara Técnica que vão observar, pois é de caráter temporário. Se de
1011 fato tiver os efeitos devidos, o bom é que não ocorresse mesmo o desmatamento e nem
1012 a apreensão de madeira, mas já que aconteceu seria a maneira da sobrevivência dos
1013 Pataxós, que estão levando uma vida muito difícil depois da criação das Unidades de
1014 Conservação, uma vez que nós não tivemos, de acordo com a cultura deles, uma
1015 condição de dar uma sustentabilidade econômica para essas comunidades, ou seja,
1016 principalmente através do ecoturismo ou fiscalização nas Unidades de Conservação.
1017 Então, a preocupação nossa e de toda a Câmara Técnica, e quando da audiência pública,
1018 é que essa doação é de caráter temporário, que não seja um estímulo e que será avaliada
1019 pela Câmara Técnica de Mata Atlântica.

1020
1021 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1022
1023 Muito obrigado, Conselheiro Francisco Soares, eu vou me dar a palavra que já
1024 tinha sido dada anteriormente pelo Dr. José Carlos. Eu sou José Pedro de Oliveira
1025 Costa, e represento aqui o Ministério do Meio Ambiente. Esta questão não deixa de ser
1026 polêmica, mas eu gostaria de acrescentar alguns dados que foram já colocados pelo
1027 Presidente da Câmara Técnica. Essa doação, que é uma doação por um prazo
1028 determinado de uma determinada madeira está dentro de um contexto mais amplo. Em
1029 primeiro lugar, cabem alguns antecedentes: o IBAMA já vem doando, pelo menos
1030 existe um caso recente de doação de madeira para a execução de artesanato a outras
1031 comunidades. Nós também entendemos a preocupação de que esse trabalho seja um
1032 trabalho feito de forma sustentável. O que está ocorrendo de fato hoje é que os Pataxós
1033 estão retirando a madeira da região, madeira que está de pé, inclusive de dentro do
1034 Parque Nacional do Monte Pascoal, como é do conhecimento de todos, que está
1035 inclusive invadido há mais de um ano, e estamos fazendo um acordo, em primeiro lugar,
1036 de uma etapa de diversos trabalhos de um processo mais amplo, de que se pare o corte
1037 da madeira de pé com a utilização dessa madeira. Ao mesmo tempo, existem trabalhos
1038 de busca da substituição do tipo de madeira que se faz, para um tipo de madeira que
1039 pode ser até o eucalipto ou outras, e com um trabalho de certificação, pois não são
1040 apenas os Pataxós que desenvolvem esse tipo de artesanato na região. Mas existe um
1041 processo mais amplo, que é coordenado pela Assessora Especial do Ministro, a Dra.
1042 Inah Simonetti, que esteve conosco até pouco tempo, tendo, inclusive, o
1043 acompanhamento de vários outros Ministérios, e nós entendemos que esta forma é uma

1044 forma temporária de solucionar uma questão que é crítica, aguda, e que precisa de uma
1045 solução a curto prazo. Por isso, o Ministério do Meio Ambiente, que participa desta
1046 Câmara Técnica de Mata Atlântica endossou esta proposta, e eu trago também este
1047 endosso aos senhores, agradecendo a atenção.

1048 Continuo na qualidade de Coordenador da Reunião, e, por gentileza, tem a
1049 palavra o Conselheiro Leopoldo Brandão. Por gentileza, o microfone para o Conselheiro
1050 Leopoldo Brandão.

1051

1052 **Leopoldo Brandão – Representante da CNC**

1053

1054 Senhor Presidente, senhoras e senhores membros do Conselho. Eu estou, nós
1055 todos estamos de acordo quanto a amenizar a situação dos Pataxós. Agora, aqui quando
1056 se fala “tempo limitado” isso pressupõe uma definição. Tempo limitado é um, dois, três,
1057 quatro, cinco anos. Está incoerente o enunciado sem uma conclusão. O tempo limitado
1058 deve explicitar qual é o limite. É a única ponderação que eu faço.

1059

1060 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1061

1062 Eu, agradecendo, só queria prestar um esclarecimento. Talvez ao invés de
1063 “tempo limitado”, é uma primeira doação, quer dizer, se o senhor preferir, o senhor quer
1064 sugerir que seja por dois anos, o senhor tem uma sugestão de qual é tempo? O senhor
1065 levantou a lebre...

1066

1067 **Leopoldo Brandão – Representante da CNC**

1068

1069 Eu não acompanhei detalhadamente a matéria no campo, portanto, não tenho
1070 condição de dizer. Mas acho que tempo limitado deve ser explicitado. Quem está
1071 trabalhando diretamente que diga qual é esse tempo limitado, é só esta a minha
1072 sugestão, que não tem nada de extraordinária.

1073

1074 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1075

1076 Como o Ministério participa desta questão, por gentileza, eu sugeriria
1077 inicialmente o tempo de dois anos, mas eu passo a palavra, por gentileza, ao
1078 Conselheiro.

1079

1080 **José Álvaro da Silva Carneiro – Representante das ONGs da Região Sul**

1081

1082 Por conta das discussões da presença de índios em Unidades de Conservação, eu
1083 tenho visitado alguns Parques Nacionais, inclusive houve uma combinação com os
1084 Pataxós, eu estive lá em Monte Pascoal, estive também no Parque Nacional do
1085 Superagüi, e alguns outros lugares com presença indígena. A situação dos índios
1086 sempre, em todos os lugares, é muito difícil, e eles são, normalmente, estimulados por
1087 aquilo que a sociedade tem de pior, porque na medida que aquilo que a sociedade tem
1088 de melhor está distante dos índios, sempre o que há de pior se aproxima. Normalmente
1089 esse pessoal é que induz o extrativismo, instrumentalizando os índios de toda a forma,
1090 para que eles busquem extrair algum produto que será vendável. Na medida disso, eu
1091 acho que a abertura de um precedente de pegar um estoque de qualquer coisa que tenha
1092 sido, de alguma forma, retirada de Parque, abre espaço para que o mesmo pleito possa
1093 acontecer com qualquer outra coisa. De repente lá no Paraná, pegaram uma série de

1094 animais em extinção que têm valor para o tráfico internacional, e aí? Se a agente
1095 apreender, vamos doar para o pessoal vender também? Como é que vai funcionar isso?
1096 Se acontecer no Parque Nacional do Superagüi, como é o caso, se o pessoal tiver um
1097 pouquinho de estoque de palmito lá num determinado canto, e aí? Nós vamos vender
1098 para poder oferecer para a comunidade carente também, ou isso não será um pequeno
1099 paliativo de baixo valor que não vai resolver o problema da comunidade Pataxó, mas
1100 pode fazer um pouco de afago a nossa sensibilidade porque a comunidade de lá é
1101 carente. Então eu me manifesto contra esta doação de material, porque acho que é uma
1102 abertura de um precedente que pode levar a uma série de outros pedidos, e a gente vai
1103 ter dificuldade em negar a partir disso.

1104

1105 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1106

1107 Conselheiro José Pedro.

1108

1109 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1110

1111 Só a título de esclarecimento, recentemente a imprensa noticiou, com alegria, de
1112 que madeira apreendida na Amazônia está sendo utilizada para confecção de casas,
1113 inclusive, que serão utilizadas na instalação de áreas protegidas, na instalação e em
1114 outras obras que são de interesse social, e eu queria lembrar que essa madeira não
1115 necessariamente é apreendida dentro de áreas protegidas, aliás, desejavelmente, essas
1116 áreas protegidas mais e mais nós estamos conseguindo que, de fato, sejam protegidas, e
1117 madeira retirada de várias outras regiões. É apenas um esclarecimento, e queria lembrar,
1118 por último, que nós aqui não estamos tomando uma decisão, nós estamos fazendo uma
1119 moção para ser decidida *a posteriori*.

1120

1121 **José Álvaro da Silva Carneiro – Representante das ONGs da Região Sul**

1122

1123 Eu pensei que você... que a madeira era regional, então pode ser madeira da
1124 Bahia inteira?

1125

1126 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1127

1128 Pode ser madeira da Bahia regional ou da Bahia inteira, mas nós estamos,
1129 inclusive, com o empenho pessoal do Ministro para um grande esforço para reprimir o
1130 corte de madeira, especialmente no extremo Sul da Bahia.

1131

1132 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1133

1134 CONTAG.

1135

1136 **Eugênio Conolly Peixoto – Representante da Confederação Nacional dos**
1137 **Trabalhadores na Agricultura - CONTAG**

1138

1139 Eu queria era mais um esclarecimento. O José Pedro, quando estava falando,
1140 colocou que isso era parte de um plano, que era a primeira etapa, que era uma primeira
1141 fase etc. Eu acho que tem uma argumentação a favor de você de fato, já que tem um
1142 produto ali que foi conseguido de forma ilegal, que vai se estragar, que tem que dar uma
1143 utilização social, acho que tem uma certa fundamentação. Como também a

1144 argumentação do precedente também é forte, e a questão de fundo, evidentemente, é a
1145 situação dos índios e a situação de preservação dos Parques. Essa moção, de fato, na
1146 questão de fundo que pode fazer alguma modificação, ela não atende. Agora se você
1147 pudesse explicar, de fato, qual é esse plano para que a gente pudesse ter mais clareza
1148 sobre o que é que a gente está tratando, porque eu, pessoalmente, não sei como me
1149 posicionar sem saber de fato o que é que está acontecendo. Se fosse possível.

1150

1151 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1152

1153 Com licença, Presidente?

1154

1155 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1156

1157 Eu vou conceder a palavra ao Conselheiro José Pedro de Oliveira Costa, mas
1158 antes de prosseguir eu queria pedir ao plenário, embora nós tenhamos mencionado aqui
1159 para registrar em Ata, mas como o número de pedidos de vistas da matéria anterior que
1160 trata da substituição da Resolução CONAMA 04/85 foi muito amplo, eu queria que
1161 fosse registrado na mesa pelas partes interessadas no pedido de vistas, para que a gente
1162 pudesse ter o registro e fazer a articulação necessária, tendo em vista que a matéria com
1163 pedido de vista terá que ser votada necessariamente na Reunião seguinte. Então eu
1164 gostaria que os conselheiros que pediram vista da matéria anterior apenas registrassem
1165 na mesa, para que a gente tivesse a anotação segura de todos aqueles que desejam vista
1166 sobre o assunto. Prosseguimos.

1167

1168 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1169

1170 Muito obrigado, Presidente. Basicamente, em resumo porque o tempo é exíguo,
1171 existe já uma conversa bastante aprofundada e uma reunião prevista para o dia onze
1172 de maio, em que as lideranças, principalmente das três aldeias Pataxó que estão
1173 limítrofes ao Parque, e duas outras que são, inclusive, objeto de um grupo de trabalho da
1174 FUNAI, de que seja desenvolvido, em primeiro lugar, um trabalho de recuperação de
1175 áreas degradadas, tanto dentro do Parque, quanto dentro da reserva indígena que é
1176 superposta ao Parque, e quanto seu entorno, criando, inclusive, o Projeto Corredores que
1177 é um Projeto que está já aprovado pelo Banco Mundial, e sendo um dos núcleos
1178 importantes destes Corredores. Então, é um trabalho que nós consideramos
1179 ecologicamente o mais definitivo em função da proteção da biodiversidade, e aí o evitar
1180 a necessidade de madeira para o artesanato trazendo essa madeira doada, passa a ser um
1181 elemento muito importante, mesmo que temporário, enquanto nós fazemos um segundo
1182 trabalho que é de melhoria da qualidade do artesanato, principalmente dos Pataxó, com
1183 certificação, com outros tipos de madeira ou com madeira desenvolvida de forma
1184 sustentável. Então estes são dois projetos que têm relação. Além disso, existe um grande
1185 programa de educação ambiental, existe um programa de treinamento dos índios Pataxó
1186 para desenvolvimento de projetos de ecoturismo na área deles, e, eventualmente,
1187 participando como guias também na área dentro do Parque Nacional do Monte Pascoal
1188 e nos outros dois Parques recém criados na região, o desenvolvimento da brigada de
1189 combate a incêndios, que já foi começado no tempo em que a Dra. Marília estava
1190 Presidente do IBAMA, e a participação nos conselhos, existe uma RESEX recém criada
1191 na região, existe uma APA em estudos, e existem os conselhos que o SNUC recomenda
1192 para as Áreas Protegidas de Proteção Integral. O assunto é mais vasto, mas eu quero
1193 apenas dar uma pincelada. A idéia é que nós tenhamos uma relação pacífica e

1194 cooperadora com os indígenas, que hoje é conflituosa, e nós estamos trabalhando
1195 assiduamente para conseguir resolver esta questão, e tem que ser colocados alguns
1196 limites e algumas restrições que são inerentes à própria legislação. Obrigado.

1197

1198 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1199

1200 Continua em discussão. Vamos colocar a matéria em votação. Trata-se de uma
1201 moção, com as discussões que foram realizadas, e eu indago ao Conselheiro se nós
1202 podemos colocar a matéria em votação, se o relator vai acolher alguma das sugestões
1203 para revisão do texto para a gente explicitar o texto que iremos votar.

1204

1205 **Francisco Soares – Representante das ONGs do Nordeste**

1206

1207 A proposição está clara, da moção, ela foi votada, discutida, numa audiência
1208 pública em Porto Seguro, e depois foi submetida novamente a Câmara Técnica de Mata
1209 Atlântica, aqui em Brasília, e foi ratificada, e, sobretudo foi colocado nessa última
1210 discussão a criação de uma comissão representativa da Câmara Técnica, já que se trata
1211 de uma doação de caráter temporário, para que seja acompanhada, avaliada até que se
1212 possa definir. Agora, o que existe acima de tudo dessa moção é um pacto com a
1213 comunidade Pataxó de ajudar a fiscalizar e a proteger, então um pacto que merece de
1214 todos nós um voto de confiança, até porque na apreensão da madeira, não foi constatada
1215 de forma nenhuma que essa apreensão tenha sido procedente, o desmatamento, das
1216 comunidades Pataxós. O que tem mesmo feito, provocado grande desmatamento são os
1217 madeiros, e que essa madeira doada, ela teria um fim social na área de artesanato e
1218 também para melhoria das residências deles, e após este prazo se terá uma avaliação e
1219 se trará ao plenário do CONAMA se a proposta e o compromisso, esse voto apresentado
1220 também pelos Pataxó, eu acho que seria fazer um pré-julgamento não dar um voto de
1221 confiança àqueles que são, para nós, os filhos da natureza e os aliados da floresta, que
1222 são os índios, que estão naquela área de grande complexidade que são as Unidades de
1223 Conservação, e que se mostraram interessados em ajudar a proteger a Mata Atlântica
1224 naquela região.

1225 Então a matéria está clara em termos de conteúdo, e que a proposta no seu
1226 sentido seria, merece acima de tudo um voto de confiança do CONAMA para as
1227 comunidades que estão vivendo em dificuldades muito grandes, inclusive, eles
1228 denunciaram que os brancos estão copiando os artesanatos deles e estão tirando a
1229 madeira, como se diz, usando como se fosse artesanato Pataxó, então eles justificaram
1230 que grande parte dessa madeira que está sendo usada contrabandeada não tem nada a
1231 ver com o artesanato Pataxó, e sim os brancos estão copiando e destruindo a Mata.
1232 Então nosso voto de confiança foi para que os Pataxós venham a ser nossos aliados
1233 como se comprometeram.

1234

1235 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1236

1237 Pela ordem temos duas inscrições. Secretário Paulo Silva, Conselheiro
1238 representante do Estado do Piauí, e depois Dr. Joels, Conselheiro representante do
1239 Ministério da Ciência e Tecnologia.

1240

1241

1242

1243

1244 **Paulo de Tarso T. Silva - Representante do Governo do Estado do Piauí**

1245

1246 Senhor Presidente, só para poder formar um juízo a respeito do assunto, qual é a
1247 quantidade da madeira? E se essa doação tem a garantia de que ela não será
1248 comercializada. Só para formar um juízo. Qual é a quantidade da madeira? Os Pataxó,
1249 seguramente, utilizarão a madeira para seu artesanato? Se for assim, então é uma boa
1250 parceria estabelecida, nós teríamos a segurança de que esta madeira não seria
1251 comercializada por eles, só a utilizarão para o artesanato. Se for assim é uma parceria
1252 muito boa, porque eles vão estar integrados a uma política que o Governo deseja
1253 implementar e, sem dúvida nenhuma, seriam grandes parceiros. Agora se não houver
1254 essa segurança de que eles não comercializarão a madeira, então é preciso refletir sobre
1255 ela, e qual é a quantidade? Só para formar um juízo para eu ter uma noção de escala, e o
1256 objetivo dessa parceria, e a segurança de que eles não comercializarão.

1257

1258 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1259

1260 Secretário José Pedro.

1261

1262 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1263

1264 Basicamente eu gostaria de fazer três comentários, dois relativos a questão do
1265 Conselheiro, e um que já aproveito estando com a palavra. A resolução fala “de forma
1266 previamente regulamentada”, então a questão é de que esta moção daria esta autorização
1267 ou sugeriria ao IBAMA este trabalho, mas só de forma previamente regulamentada para
1268 lhe dar essas garantias. Então, responde a primeira questão. Quanto à quantidade, está
1269 certo, nós estamos falando de algo em torno de cinco ou seis caminhões de madeira que
1270 é o que foi mencionado e, mas cabe um esclarecimento, ela será transformada em
1271 artesanato que posteriormente será comercializado, que aqui não fique nenhuma
1272 intransparência, mas, basicamente, nós estamos com esta preocupação também de que a
1273 flora não entre e saia de lá e não seja comercializada, ela será transformada em
1274 artesanato certificado para posteriormente ser comercializado. Eu vou pedir licença para
1275 fazer um esclarecimento, a pedido do Dr. Leopoldo Brandão. Eu fiz uma sugestão de
1276 que fosse feita uma modificação na moção de que este “tempo limitado” fosse
1277 substituído por “dois anos”, porque que eu acho que este é o tempo que nós precisamos,
1278 justamente, para esse projeto estar em vigência, então eu faria essa sugestão que fica
1279 como modificação em atenção à clareza.

1280

1281 Então, esses cinco caminhões seriam no primeiro momento para que a gente
1282 pudesse fazer a substituição, e não é tanta coisa, cinco a seis caminhões seriam levados
1283 agora, certo? Mas é pouca coisa, é o que tem apreendido, e o artesanato é feito por
1284 poucas pessoas também, e a gente teria condições de, nos dois anos, eventualmente
1285 levar outros cinco ou seis caminhões. Agora nós estamos chegando a detalhes que, se o
1286 senhor quiser, nós poderemos trazer depois detalhes da questão como um todo. Mas
1287 neste primeiro momento, eu não sei se precisariam de outras cargas durante um período
1288 maior, mas basicamente é isso que eu estou trazendo de informações, são as que eu
1289 tenho. Muito obrigado.

1289

1290 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1291

1292 Pela ordem. Conselheira Marília Marreco. Joels desculpe, estava na ordem.

1293

1294 **Luiz Carlos Joels – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia**

1295

1296 Luiz Carlos Joels, Ministério da Ciência e Tecnologia. Esse procedimento de
1297 doação de madeira já é previsto, é regulamentado, ele é possível. Então, na verdade,
1298 essa moção é mais uma sinalização do que o CONAMA pensa, e sua grande
1299 representação aqui pensa sobre esse assunto. Assim sendo, uma moção apenas de
1300 doação de madeira para uma comunidade que tem sido envolvida, muito publicada em
1301 mídia, de envolvimento com a questão do desmatamento, incêndios florestais, pode dar
1302 uma sinalização equivocada para a sociedade sobre a posição do CONAMA em relação
1303 a isso, como eu acho que o Conselheiro representante das ONGs da Região Sul já falou
1304 bem claramente. Seria mais interessante uma moção de apoio a esses entendimentos em
1305 geral de acordo com os Pataxós, de gestão da região com a participação deles, e que
1306 incluísse a doação de madeira. Uma moção que contextualizasse essa doação de
1307 madeira, senão eu acho que essa sinalização para a sociedade, para a mídia, e para
1308 outros grupos interessados pode ser realmente danosa.

1309

1310 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1311

1312 Bom, pela ordem nós tínhamos o Conselheiro representante das ONGs do Sul e
1313 o Conselheiro Finotti.

1314

1315 **José Álvaro da Silva Carneiro – Representante das ONGs da Região Sul**

1316

1317 Eu concordo com o que ele coloca e gostaria que a moção enfatizasse, de alguma
1318 forma, a aliança com o povo Pataxó, justo também no mesmo caminho de sinalização
1319 para a sociedade, de que a gente não está disponibilizando eventual material retirado de
1320 Mata Atlântica para venda, pura e simplesmente revertendo isso para a comunidade.
1321 Acho que seria importante mexer no texto para bem sinalizar para a sociedade.

1322

1323 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1324

1325 Conselheiro Finotti.

1326

1327 **Paulo Finotti – Representante das ONGs do Sul**

1328

1329 Realmente a proposta colocada aqui é bem interessante, mas eu gostaria de
1330 levantar um problema anterior que o nobre Secretário José Pedro manifestou. Cinco ou
1331 seis caminhões, foi exatamente isso que eu ouvi? Porque todas as vezes que eu vou ao
1332 Sul da Bahia existe uma tremenda briga entre madeireiros, sociedade civil, Governo da
1333 Bahia e IBAMA. E eu estou ficando preocupado com esses só cinco ou seis caminhões,
1334 será que é isso mesmo? Essa é minha dúvida, ou eu interpretei mal o que eu ouvi.

1335

1336 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1337

1338 Foi o número que eu ouvi que é o necessário para este entendimento de um
1339 período de construção das gamelas e do artesanato que é feito. Na verdade, Conselheiro,
1340 foi colocado também aqui pelo Representante das Organizações do Nordeste que há
1341 uma indústria de gamelas que perpassa, em muito, a comunidade Pataxó na região. O
1342 senhor deve ter visto muitas gamelas quando esteve lá, todos nós vimos, mas a
1343 produzida pela comunidade Pataxó foi este o número que me deram.

1344
1345
1346
1347
1348
1349
1350
1351
1352
1353
1354
1355
1356
1357
1358
1359
1360
1361
1362
1363
1364
1365
1366
1367
1368
1369
1370
1371
1372
1373
1374
1375
1376
1377
1378
1379
1380
1381
1382
1383
1384
1385
1386
1387
1388
1389
1390
1391
1392
1393

Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste

Está acatado o empenho.

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

Só um esclarecimento agora que eu gostaria de pedir ao Secretário José Pedro. Eu estou entendendo que cinco ou seis caminhões de madeira não é a madeira ilegal apreendida, é a madeira que corresponderia a capacidade de produção artesanal local dos Pataxós. Esse é o ponto que eu gostaria de esclarecimento. Não é toda a madeira aprendida que vai ser doada aos Pataxós, obviamente você só vai doar aos Pataxós um volume de madeira que corresponda a capacidade de produção artesanal deles, que são esses cinco ou seis caminhões/ano. Isso não está clarificado na moção, no meu entendimento.

José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas

Exatamente. Obrigado.

Francisco Soares – Representante das ONGs da Região Nordeste

Foi colocado também, não só para artesanato, assim como para suas necessidades básicas de sobrevivência, porque eles, além disso, precisam arrumar suas casas e seria pior eles irem a floresta derrubar, e também as suas necessidades básicas de sobrevivência, como arrumar sua casinha para que possam sobreviver. Basicamente seria o artesanato que é exatamente o que eles precisam, mas foi colocado também para suas necessidades básicas de sobrevivência que seria apenas organizar a sua casa, seu habitat, e nada mais, comercialização só o artesanato.

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

Bom, a matéria, eu acho que está suficientemente discutida, nós estamos aqui, e nós precisamos deliberar. Nós tínhamos ONGs do Sul, CONTAG e a Dra. Marília Marreco. Pela ordem.

José Álvaro da Silva Carneiro – Representante das ONGs da Região Sul

Eu gostaria, eu peço a palavra para pedir ao Dr. Hermann que faça uma colocação. Por favor.

Hermann Benjamim

É apenas que a Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente cuida da matéria. No Artigo vinte e cinco, Parágrafo Segundo, a Lei estabelece que “tratando-se de produtos perecíveis ou de madeiras, serão estes avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes”. Ou seja, a Lei estabelece critérios que me parece que uma resolução como esta não poderia desconsiderar. Então, seria importante fazer referência na própria resolução ao Artigo vinte e cinco, perdão na própria resolução ou moção, ao Artigo vinte e cinco, Parágrafo Segundo aos critérios

1394 que estão lá estabelecidos, ou seja, tem que ser instituição estabelecida científica,
1395 hospitalar, penal ou outra com fim beneficente, que dizer, a doação pura e simples a
1396 uma tribo indígena não é permitida pela Lei.

1397

1398

Senhor

1399

1400

1401

1402

1403

1404

1405

1406

1407

1408

1409

1410

1411

1412

1413

Francisco Soares – Representante das ONGs do Nordeste

1414

1415

1416

1417

1418

1419

1420

A nossa preocupação é porque a questão no Sul da Bahia é grave, e quando aparece uma oportunidade da gente buscar uma solução de imediato a gente protelar ou adiar uma coisa que está clara, e quem visitou ou quem visita a área sabe que essa foi a proposta mais rápida, mais possível de se buscar uma solução para os conflitos e, ao mesmo tempo, resolver um grande problema social com as comunidades Pataxó.

1421

Marília Marreco – Representante do Ministério do Desenvolvimento

1422

Agrário

1423

1424

1425

1426

1427

1428

1429

1430

1431

1432

1433

1434

1435

1436

1437

1438

1439

1440

1441

1442

1443

Bom, eu só ia lembrar a questão da legislação, tanto que ali na redação quando fala: “autoriza a doação de forma previamente regulamentada”, eu pensei que fosse um erro, e é “da forma previamente regulamentada”, porque já existe a legislação, e já existe inclusive o Decreto regulamentando como se faz doação de material apreendido, e isso serve para madeira também. Então qualquer modificação ao nível desses procedimentos teria que ser feito na própria Lei de Crimes Ambientais ou no Decreto que a regulamentou. Além disso, para quem conhece bem a região e se pegar uma imagem de satélite se verifica claramente o seguinte: aonde tem aldeia indígena está desmatado, aonde existe o Parque ainda existe algum remanescente de Mata Atlântica. Ali tem uma situação de conflito, o IBAMA está, inclusive, com um processo na justiça no sentido de reintegração de posse daquela Unidade de Conservação, porque o Parque lá está invadido pelos Pataxós, quer dizer, não é bem uma questão só de doar madeira porque vão fazer artesanato ou não. Eles têm contato com os madeireiros, eles desmatam aquela região, tanto que se comprova isso por imagem de satélite. Eu acredito que a proposição feita pelo representante do Ministério da Ciência e Tecnologia é bastante razoável, quer dizer, eu acho que tem que ser feito um grande acordo e isso pode inclusive passar, Benjamim, em outros casos nós já fizemos doação, o IBAMA já realizou doação de madeira para comunidades indígenas, elas têm associações em que você pode fazer essa doação, e normalmente isso foi feito no ambiente de um processo judicial, inclusive com autorização do próprio juiz para doação de madeira, isso pode

1444 entrar, José Pedro, naquele processo de reintegração de posse junto ao juiz, e se faz um
1445 grande acordo para aquela região, inclusive prevendo a desocupação da Unidade de
1446 Conservação para o IBAMA, que até hoje ainda é uma situação ainda pendente.

1447

1448 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1449

1450 Eu queria pedir, com a licença do Presidente que excluiu agora outras
1451 intervenções, mas me deu esta observação, de que eu acho que estamos caminhando
1452 para um consenso na proposta que foi apresentada pelo Dr. Joels, e eu acredito que o
1453 Presidente da Câmara Técnica acatará, Dr. Joels se for feita uma redação que a gente
1454 poderia trazer *a posteriori* para não perder o tamanho da questão em que o senhor, e até
1455 se o representante do Ministério da Justiça quiser colaborar, nos trouxesse uma redação
1456 que desse esta amplitude maior e que esse assunto ficaria embutido dentro da idéia de
1457 um grande entendimento, de um grande acordo que eu acho que todos se manifestaram.
1458 Se o Presidente acatar, eu ficaria com esta sugestão de que o Dr. Joels fizesse esta
1459 redação e trouxesse tão logo pronta à mesa, e que a gente então votaria, e, por favor, que
1460 seja sucinta para que não gere novas discussões. O assunto é complexo e eu então
1461 proponho que seja encaminhado dessa forma pedindo a colaboração e a aprovação e o
1462 entendimento do Presidente da Câmara Técnica, relator dessa matéria. Está ok, Dr.
1463 Francisco?

1464

1465

1466

1467

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

1468

A mesa tem ainda, apenas para finalizar esta parte, o registro do pedido de
1469 palavra do Conselheiro José Álvaro, e Ministério da Justiça. Com essas duas inscrições
1470 nós encerramos a fase de discussão. Justiça só, Conselheiro Sérgio Leitão.

1471

1472

Raimundo Sérgio Barros Leitão – Representante do Ministério da Justiça

1473

1474

1475

1476

1477

1478

1479

1480

1481

1482

1483

1484

1485

1486

1487

1488

1489

1490

1491

1492

1493

Bom dia a todos, eu queria só fazer alguns esclarecimentos, porque acho que a
discussão gerou alguns comentários que precisariam ser contextualizados para que não
fique aqui uma imagem, digamos assim, banal, de criminalização em comunidades
indígenas. O Conselheiro José Pedro fez uma longa explanação de todos os esforços que
têm sido despendidos pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo IBAMA, pela FUNAI e
Ministério da Justiça, no sentido de se realizar um entendimento, inclusive atendendo a
uma disposição legal da própria Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação
para a resolução dos casos chamados de superposição entre Unidades de Conservação e
terras indígenas. Existe uma determinação legal, que temos todos que cumpri-la, no
sentido de que haja a criação de comissões para discutir, caso a caso, essas
superposições. Em razão desta determinação, inclusive já foi criada uma comissão
reunindo o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Justiça para discutir isso.
Além disso, o próprio CONAMA criou também um grupo de trabalho encarregado de
fazer propostas de resoluções neste sentido, inclusive hoje aqui nós teríamos que
discutir, como estava prevista na nossa pauta, uma resolução já advinda desta comissão
criada pelo CONAMA no sentido de procurar criar um encaminhamento. Esta moção,
que é apenas uma moção não é uma resolução, é apenas uma moção, daí até a minha
estranheza com a celeuma que ela causa, ela já contém todos os elementos deste grande
esforço, digamos, de conciliação entre essas duas posições, que em alguns momentos
parecem tão antagônicas, da questão das Unidades de Conservação e da questão da
presença dos índios em terras que eles reivindicam como suas, e que pelo menos no

1494 plano teórico, a Constituição lhes outorga. Em razão disso, me parece que a proposição
1495 feita pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ela não é errada, mas me parece
1496 desnecessária em relação ao conteúdo da emenda, porque se lermos a ementa do que
1497 está dito ao final da proposta de moção está dito: “aprovar moção”, e tem lá mais duas
1498 frases dizendo o seguinte: “para as comunidades Pataxó”, ou seja, esta doação de
1499 madeira seria para as comunidades Pataxó integradas nos esforços de sustentabilidade
1500 em vigência no extremo Sul da Bahia, então esse acordo que se quer que se faça, e é
1501 desejável, em relação a uma sinalização para a sociedade de que não está se fazendo
1502 uma doação de forma indiscriminada a toda e qualquer comunidade já está no corpo da
1503 moção. A segunda questão onde eu queria colocar, eu estou até fazendo uso das
1504 palavras da Dra. Marília, que me parece que respondeu a colocação feita pelo
1505 Conselheiro Hermann Benjamim, no sentido de que comunidades indígenas não
1506 poderiam receber essa doação. Parece-me que sim, porque a disposição da Lei de
1507 Crimes Ambientais não vedaria, até porque há comunidades indígenas que constituem
1508 instâncias de representação formal, no caso associações registradas em cartório, e há
1509 também dispositivos e interpretações, e eu partilho delas, e aí faço pelo menos um
1510 reparo à colocação do Dr. Hermann que é o próprio entendimento de que a Constituição
1511 fala, em seu Artigo 232, em comunidades outorgou personalidade jurídica de
1512 representação a essas comunidades indígenas, que, inclusive, se podem fazer representar
1513 em juízo sem necessariamente ter que ter um registro em cartório, inclusive para efeito
1514 de uma nova lei que virá revendo o Estatuto do Índio de 73, já existe um amplo
1515 consenso dentro do Governo Federal como um todo, inclusive da Casa Civil, dizendo
1516 que comunidades indígenas se fazem representar, em juízo e fora dele, segundo seus
1517 usos, costumes e tradições. Então elas são instituições para efeito neste disposto na Lei
1518 dos Crimes Ambientais. Então, eu queria, em nome do Ministério da Justiça, fazer uma
1519 defesa da moção, parabenizar o esforço que tem sido feito pelo Ministério do Meio
1520 Ambiente no sentido de criar as condições necessárias para um clima de entendimento
1521 entre a comunidade conservacionista e a comunidade de apoio aos índios, e aos índios
1522 no Brasil, e dizer que esta moção se encontra dentro deste espírito de conciliação, e
1523 apoiar efusivamente os termos da moção da maneira como ela foi apresentada, e com os
1524 reparos que já foram feitos pelo Dr. José Pedro, no sentido de que o tempo de dois anos
1525 conste de seu teor, e pedir e encaminhar que ela seja votada e deliberada neste
1526 momento. Muito Obrigado.

1527

1528 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1529

1530 Eu só quero lembrar que nós estamos mais de uma hora discutindo uma simples
1531 moção neste Conselho. Eu gostaria, sinceramente, de fazer esta colocação. Como
1532 Presidente me incomoda que nós tenhamos que ficar aqui uma hora discutindo uma
1533 simples moção. Com a palavra o Conselheiro.

1534

1535 **Francisco Soares – Representante das ONGs da Região Nordeste**

1536

1537 Eu acho que esta moção, diante dos esclarecimentos da representação do
1538 Ministério da Justiça, eu acho que ela chegou no momento certo e, como eu disse, não
1539 valeria a pena protelar, pois quando se fala em comunidade indígena, como ele falou, já
1540 é representação beneficente e não vai contrariar a Lei, que nem elas têm fim lucrativo, e
1541 normalmente elas são organizadas através da representação dos Caciques que vieram
1542 aqui em Brasília, também ratificar apoio no sentido que pudesse dar oportunidade para
1543 eles preservarem a Mata Atlântica, então eu ratifico aqui também, eu coloco que a

1544 matéria deve ser votada como um todo, está simples, é de caráter temporário e pode ser
1545 melhorada aí com dois anos ou três anos, com alguma proposição, e dizer que seria um
1546 primeiro começo de tentar resolver esse problema do conflito, e dizer que não é um
1547 estímulo, eu não acredito que seja um estímulo ao desmatamento, seria uma
1548 oportunidade para acabar com esses conflitos de proteção, enquanto a gente está
1549 discutindo paralelamente a questão de superposição de Unidades de Conservação.
1550 Então, nós já estamos aí, ao mesmo tempo, de um lado resolvendo a questão da
1551 superposição de Unidades de Conservação e terras indígenas, e por outro lado
1552 preservando a Mata Atlântica.

1553

1554 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1555

1556 Bom, eu acho que depois desse amplo acesso de discussões nós estamos diante
1557 de duas vertentes aqui no plenário, uma que não está confortável para votar a moção
1558 como está e deu origem a uma proposta, e uma vertente que insiste que a moção, com
1559 alguns reparos pode ser votada. Tinha sido pedido que o Joels fizesse uma redação de
1560 uma proposta, eu gostaria de saber se ela já está pronta, porque eu gostaria de deliberar
1561 sobre este assunto. Ou deliberamos agora, ou podíamos fazer uma deliberação ao final,
1562 a tempo de ter uma outra proposta, e passar para o assunto seguinte, então nós vamos
1563 passar a votação desta proposta para um momento seguinte, aguardando que seja
1564 apresentada à mesa uma redação de tal maneira que nós possamos votar entre as duas
1565 moções que terão chegado à mesa. De qualquer maneira numa ou noutra eu gostaria de
1566 acrescentar, depois da intervenção do Dr. Hermann Benjamim e da Dra. Marília
1567 Marreco, que isso será feito nos termos da Lei 9.605 e de sua regulamentação, que,
1568 aliás, já estabelece que isso é uma decisão administrativa que a qualquer tempo já
1569 poderia ter sido tomada pelo IBAMA, sem que nós ficássemos aqui uma hora discutindo
1570 essa questão.

1571 Diante disso, aguardando que a mesa possa receber a proposta de uma redação
1572 alternativa, nós passamos ao item seguinte que dispõe sobre a implantação de unidades
1573 hoteleiras no Arquipélago de Fernando de Noronha. Proposta também de moção oriunda
1574 da Câmara Técnica de Assuntos da Mata Atlântica, da Câmara Técnica Permanente de
1575 Controle Ambiental, e da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos. O
1576 Presidente da Câmara tem a palavra, e em seguida a este nós vamos voltar ao item 5.4
1577 que ficou pendente para a apresentação do Dr. Hermann Benjamim.

1578

1579 **Francisco Soares – Representante das ONGs da Região Nordeste**

1580

1581 Francisco Soares, representante do Nordeste e Presidente da Câmara Técnica de
1582 Mata Atlântica. De fato, quando o CONAMA apresentou esta proposição de levar esta
1583 moção, que o assunto quando chegou ao CONAMA é porque estava bastante grave, e
1584 esta semana a situação piorou, piorou porque nós temos em mãos aqui agora um
1585 documento do Ministério Público Federal, que chegou na minha mão dia vinte e quatro,
1586 levantando um problema bem mais sério, uma recomendação conjunta do Ministério
1587 Público do Primeiro Ofício da tutela coletiva, do Segundo Ofício, do Terceiro Ofício de
1588 Pernambuco, que levantou o problema não só dos hotéis, de obras, os hotéis tinham
1589 chegado ao CONAMA, porque houve a informação que o Governo estaria com uma
1590 proposta de autorizar hotéis no Arquipélago de Fernando de Noronha. Diante da
1591 fragilidade do Arquipélago e por ser um Parque Nacional Marinho, com observações e
1592 restrições das Unidades de Conservação desta natureza, a construção de hotéis desta
1593 forma lá, para viabilizar o turismo em massa, contraria totalmente o espírito deste tipo

1594 de Unidade de Conservação, uma vez que a vocação seria para o turismo ecológico
1595 onde garante a sobrevivência de 98% da população de Fernando de Noronha que vive,
1596 basicamente, da exploração do turismo e de pousadas domiciliares, por outro lado, nós
1597 iríamos ter um turismo de massa, e até a depredação, com o risco da depredação do
1598 Parque de Fernando de Noronha, e por outro lado nós teríamos um impacto social muito
1599 grande naquele território. Desta forma a moção se fortalece mais, e com mais um
1600 adendo, que existe, como se sabe, o IBAMA responsável por aquela fiscalização e
1601 administração daquela Unidade de Conservação por ser um Parque Nacional, mas as
1602 denúncias que chegaram ao Ministério Público Federal foram bem maiores. As
1603 autorizações de construção estão saindo tão somente por parte do Administrador do
1604 Território, o que faz com que o IBAMA esteja omissa neste particular, com relação à
1605 sua competência e a sua administração do Parque Nacional.

1606 Então, vai aqui a denúncia que chega as nossas mãos do Ministério Público que
1607 o IBAMA se manifeste, e que nenhuma obra desta natureza, como outras que estão
1608 ocorrendo, estejam sendo licenciadas, exclusivamente, pelo Administrador do Distrito
1609 de Fernando de Noronha, por se tratar de uma Unidade de Conservação, de um Parque
1610 Nacional, e não poderia jamais acontecer desta forma. Então foi notificado no prazo de
1611 cinco dias, e o IBAMA também recebeu mais um prazo de quinze dias, para realizar
1612 uma perícia e apresentar os resultados das irregularidades não só da proposta do hotel,
1613 como nós acrescentamos também aqui na moção mais um pedaço, aonde chega
1614 “...impacto sobre o meio ambiente – RIMA”, acrescentando “que volte a reunir o
1615 Conselho Distrital do Meio Ambiente – CONDIMA”, segundo a Lei Orgânica do
1616 Distrito Estadual de Fernando de Noronha, e que proceda a uma fiscalização rigorosa
1617 quanto à situação ampla da sociedade civil, quanto as possíveis irregularidades
1618 praticadas no Arquipélago. Acrescento, também, diante da gravidade, a proposta da
1619 criação de uma comissão do CONAMA para avaliar os possíveis danos ambientais
1620 causados ao Arquipélago de Fernando de Noronha pela autorização de obras irregulares,
1621 sem a autorização e o aval do IBAMA. Desta forma, a representação do IBAMA
1622 naquela área, afinal de contas, está deixando isto acontecer, e essa comissão do
1623 CONAMA, vou propor que seja com a seguinte composição: representante do
1624 Ministério do Meio Ambiente, um representante do IBAMA a nível nacional aqui de
1625 Brasília, um representante da Câmara Técnica de Mata Atlântica, um representante da
1626 Câmara Técnica de Controle Ambiental, um representante do Governo de Pernambuco,
1627 e um representante do Conselho Distrital de Fernando de Noronha, que é o Conselho do
1628 Meio Ambiente. Com isso, nós ratificamos a moção, e mais um acréscimo também que
1629 seja reunido, há mais de três anos que o Conselho não se reúne, e por isso que, de fato,
1630 estão ocorrendo estas irregularidades. O Conselho não se reúne há três anos, não estão
1631 cumprindo a Lei Orgânica do território de Fernando de Noronha, e vou dizer que o
1632 Governador do Estado precisa tomar conhecimento, não só da proposta de construção
1633 dos dois hotéis, mas de uma série de irregularidades de obra que estão sendo realizadas.
1634 A população, os ambientalistas, a sociedade e o Ministério Público, ao todo
1635 formalizaram a denúncia que está aqui por escrito, e vou passar a cópia do documento
1636 assinado, uma via, para a Presidência do CONAMA, que ratifique mais a
1637 complementação deste enfoque e a criação dessa comissão.

1638

1639 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1640

1641 Em discussão a proposta de moção. Santa Catarina.

1642

1643 **Suzana Maria Cordeiro Trebien – Representante do Governo do Estado de**
1644 **Santa Catarina**

1645
1646 É só um esclarecimento. Aqui no último parágrafo está: “aprovar moção para o
1647 Governador do Estado para que se pronuncie oficialmente quanto à intenção do
1648 Governo de Pernambuco de implantar duas unidades hoteleiras”. Eu gostaria de saber se
1649 é o Governo que vai ser o empreendedor ou ele vai aprovar a implantação, isso não
1650 ficou claro aqui.

1651
1652 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1653
1654 Eu só vou me adiantar ao esclarecimento, o Governo de Pernambuco tem
1655 mandato da Constituição de 88 de administrar o Arquipélago. Então, é por esta razão, a
1656 autoridade gestora, com exceção da parte correspondente ao Parque Nacional que é
1657 administrado pelo IBAMA, está submetida à gestão do Governo do Estado de
1658 Pernambuco. O Conselheiro relator tem a palavra.

1659
1660 **Francisco Soares – Representante das ONGs da Região Nordeste**

1661
1662 É. De fato a proposta é para que o Governo se pronuncie, porque é competência
1663 dele, pois se trata de um território estadual, embora o Parque seja nacional, mas o
1664 território pertence ao Estado de Pernambuco, então ele teria que se manifestar, mas com
1665 mais este adendo que foi acrescentado, que existem, além dos hotéis, outras obras
1666 irregulares, que já foi denunciado e ratificado pelo Ministério Público. Por isso que nós
1667 estamos propondo a criação de uma comissão para acompanhar não só essa
1668 determinação do Ministério Público, que no prazo de trinta dias será feita uma perícia, e
1669 apresente, de fato, o relato de tudo isso que está acontecendo para que o CONAMA que
1670 se manifestou até antecipadamente quando se preocupou com a construção de dois
1671 hotéis autorizados, pelo tipo de Unidade de Conservação que lá existe, agora se
1672 manifesta com mais preocupação, de criar uma comissão para acompanhar o desenrolar
1673 dos acontecimentos.

1674
1675 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1676
1677 Novamente, Santa Catarina.

1678
1679 **Suzana Maria Cordeiro Trebien – Representante do Governo do Estado de**
1680 **Santa Catarina**

1681
1682 É que não ficou bem claro, é bem mais simples o que eu perguntei. O Governo
1683 do Estado é que vai explorar a atividade hoteleira ou ele vai passar isso para terceiros? É
1684 que aqui dá a impressão de que ele vai licenciar, então tem que ficar claro, porque senão
1685 a resposta que ele vai dizer é que ele não vai empreender, ele não vai fazer esse tipo de
1686 empreendimento.

1687
1688 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1689
1690 Vamos pela ordem por gentileza.

1691

1692 **Francisco Soares – Representante das ONGs da Região Nordeste**

1693

1694 O Governo do Estado, de fato a informação é que passou pelo Governo do
1695 Estado o pedido para implantação de unidades hoteleiras, então a proposta de aprovar
1696 uma moção ao Governo do Estado para que ele se pronuncie oficialmente quanto à
1697 intenção do Governo do Estado de implantar duas unidades de conservação,
1698 logicamente serão implantadas, pode até se pensar, eu não sei como esta, a informação
1699 de abrir um edital, sei lá, de abrir um edital para construção, porque é de domínio
1700 exclusivo do Governo do Estado, o que nos preocupou e levou a preocupação dos
1701 ambientalistas, que tanto pode ser a iniciativa privada, mas cabe ao Governo autorizar
1702 ou, ao mesmo tempo, propor a construção de unidades de conservação.

1703

1704 **Suzana Maria Cordeiro Trebien – Representante do Governo do Estado de**
1705 **Santa Catarina**

1706

1707 Então seria aprovar a implantação, não é? Ele não vai implantar.

1708

1709 **Francisco Soares – Representante das ONGs da Região Nordeste**

1710

1711 Exatamente, o Governo não seria, seria autorizar, e poderia até no caso se
1712 manifestou interessado, baixar um edital dizendo que está abrindo um edital para
1713 implantação de duas unidades hoteleiras lá, e aí apareceriam os interessados, mas houve
1714 essa manifestação que o Estado estaria interessado em implantar dois hotéis lá.

1715

1716 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1717

1718 Mato Grosso.

1719

1720 **Dailor Romio – Representante do Governo do Estado de Mato Grosso**

1721

1722 Com relação à preocupação de Santa Catarina, eu tenho uma sugestão a fazer
1723 aqui “quanto à intenção do Governo do Estado de Pernambuco de permitir a
1724 implantação” das unidades de conservação. Permitir porque aqui não está claro se vai
1725 ser ele, se ele vai licitar, ou se vai fazer em ... , não, mas aí parece que a intenção do
1726 relator é que o Governo do Estado vai permitir a implantação, vai fazer ou concorrência
1727 pública, e a minha sugestão é que depois de Governo de Pernambuco “de permitir a
1728 implantação”.

1729

1730 **Francisco Soares – Representante das ONGs da Região Nordeste**

1731

1732 Vou retificar a redação. A redação fica assim “ao Governador do Estado para se
1733 pronunciar oficialmente quanto à implantação de duas unidades hoteleiras no
1734 Arquipélago de Fernando de Noronha”.

1735

1736 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1737

1738 Conselheiro Leopoldo Brandão.

1739

1740

1741

1742 **Leopoldo Brandão – Representante da CNC**

1743

1744 Senhor Presidente, senhoras e senhores conselheiros, foi trazido aqui um fato
1745 novo, o Ministério Público entrou com uma ação na justiça. Eu consulto aos juristas
1746 presentes se esta matéria estando *sub judice*, se essa condição não teria precedência
1747 sobre qualquer outra decisão, se há uma ação na justiça, eu suponho que ela por si suste
1748 qualquer decisão até que a justiça se pronuncie. É uma consulta que eu faço aos juristas,
1749 no meu entendimento comum, quando uma matéria vai para a justiça e está *sub judice*
1750 ela, pelo simples fato de estar *sub judice*, susta qualquer decisão até que a justiça se
1751 pronuncie. Eu pergunto se isso é correto ou não. Porque se não é correto nós não temos
1752 que votar moção nenhuma, e aguardar a decisão da justiça. Eu não sou jurista e queria
1753 este esclarecimento.

1754

1755 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1756

1757 Eu gostaria de trazer ao plenário o conhecimento da ementa da decisão do
1758 Ministério Público que está aqui, para que se possa ter uma noção. Na verdade, o
1759 Ministério Público não ajuizou nenhuma ação, ele faz uma recomendação conjunta nos
1760 seguintes termos: “recomenda ao Administrador Geral do Distrito Estadual de Fernando
1761 de Noronha, Sr. Sérgio José Salles Vaz, ou quem suas vezes fizer, abster-se de conceder
1762 qualquer licença ou autorização para instalação ou execução de obras, empreendimentos
1763 ou construções de qualquer espécie no Arquipélago de Fernando de Noronha, sem que
1764 tenha sido previamente concedida a devida licença ambiental pelo Instituto Brasileiro
1765 do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, observadas as
1766 restrições ambientais decorrentes da Lei do Sistema Nacional de Unidades de
1767 Conservação, e os Decretos Federais que criaram a Área de Proteção Ambiental e o
1768 Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha”. Aliás, eu acho que foi uma decisão
1769 precisa, eu acho que o que o CONAMA tem que fazer aqui é uma moção, no meu
1770 entendimento, de mesmo teor, de que qualquer obra ou empreendimento tem que ter a
1771 licença ambiental do órgão competente, e ponto final. Ok. Conselheiro Maurício.

1772

1773 **Mauricio Lobo – Representante da ANAMMA**

1774

1775 Eu acho que completou com o que o Senhor disse nesse momento, porque a
1776 Resolução CONAMA determina que o licenciamento no entorno de Unidades de
1777 Conservação, no caso federal, tem que passar por licenciamento também federal, então
1778 eu acho inócua a moção.

1779

1780 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1781

1782 Miguel Scarcello.

1783

1784 **Miguel Scarcello – Representante das ONGs da Região Norte**

1785

1786 Eu só quero referendar que o SNUC está sendo discutido, está sendo
1787 regulamentado, esta é matéria desta regulamentação, e lembrar que, além de ser um
1788 território estadual, é um Parque Nacional. Então, provavelmente, tem um plano de
1789 manejo administrado pelo IBAMA, então, necessariamente, tem que se passar por estas
1790 instâncias primeiro para que qualquer empreendimento como esse seja implantado. Eu
1791 concordo plenamente com o que o Presidente acabou de colocar a respeito dessa

1792 manifestação do Ministério Público Federal, e que o CONAMA refere-se com uma
1793 moção o encaminhamento do Ministério Público Federal.

1794

1795 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1796

1797 Eu acho que a matéria está instruída para ser votada nesses termos, eu peço que
1798 o Conselheiro José Pedro finalize.

1799

1800 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

1801

1802 É apenas um esclarecimento. Existem, para quem não tem conhecimento dos
1803 detalhes, duas áreas protegidas na Ilha de Fernando de Noronha, no Arquipélago de
1804 Fernando de Noronha: um Parque Nacional sobre o qual nós não temos conhecimento
1805 de nenhuma obra irregular, e uma Área de Proteção Ambiental. O Parque Nacional
1806 abrange algumas áreas de terra da ilha principal, e todas as outras ilhas, e uma grande
1807 área de mar. A Área de Proteção Ambiental abrange as outras áreas de terra da Ilha de
1808 Fernando de Noronha, e é sobre esta Área que está havendo a discussão até onde nós
1809 estamos informados. Agora, eu queria encaminhar também a solução, que foi
1810 apresentada pelo Dr. José Carlos, que, dado este fato novo trazido pelo Presidente da
1811 Câmara, que nós votássemos no sentido de apoiar com uma moção a decisão do
1812 Ministério Público, a recomendação do Ministério Público. Acho que isso ficaria muito
1813 mais abrangente e mais forte, eu, como membro da Câmara Técnica, faço este apelo,
1814 inclusive. Muito obrigado.

1815

1816 **Francisco Soares – Representante das ONGs da Região Nordeste**

1817

1818 A proposta de moção, como o Dr. José Carlos falou, qualquer obra, fortalece,
1819 não só hotel, agora diante do fato das denúncias de tantas irregularidades, nós também
1820 ratificamos a criação desta comissão para avaliar já que o Ministério Público também o
1821 colocou, nós estamos é fortalecendo a recomendação do Ministério Público, já que ele
1822 colocou que o IBAMA teria trinta dias para fazer uma perícia ampla e apresentar o
1823 resultado. Então eu encaminho esta proposta que essa comissão fizesse, que fortaleceria,
1824 mostraria a preocupação até ratificando o que o Ministério Público se preocupou,
1825 mostrando que o CONAMA estaria aprovando esta moção, aprovando com o adendo do
1826 Dr. José Carlos, para qualquer tipo de obra, e ao mesmo tempo a criação desta comissão
1827 e acrescentando mais aquele espaço que trata sobre o CONDIMA, o Conselho
1828 Municipal, aliás, o Conselho de Fernando de Noronha que existe, mas está com três
1829 anos que não funciona. E essa comissão depois apresentaria ao CONAMA o resultado
1830 dessas coisas.

1831

1832 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1833

1834 Bom, então nós poderíamos votar uma moção confirmando esta iniciativa do
1835 Ministério Público Federal, de que qualquer empreendimento, obra ou construção tenha
1836 o licenciamento ambiental do órgão competente. Com relação à comissão sugerida,
1837 regimentalmente, nós não poderíamos colocar em votação, porque ela não foi pautada,
1838 mas eu queria sugerir que a Câmara de Ecoturismo, já legalmente instituída no âmbito
1839 do CONAMA pudesse fazer esse papel sugerido da comissão. Porque essa Câmara tem
1840 existência legal, foi criada..., pelas informações que eu tenho na mesa..., ela está em
1841 processo..., porque na verdade como nós não temos um regimento novo aprovado, ela

1842 ainda tem uma existência legal, ela não está legalmente instalada, apenas para agilizar
1843 no sentido de que alguma instância do CONAMA possa fazer o acompanhamento
1844 sugerido, eu acho que essa Câmara ou uma outra Câmara, porque nós não podemos
1845 colocar aqui agora, regimentalmente, a criação de uma comissão. Ok. A própria Câmara
1846 que deu origem a proposta, à Câmara de Mata Atlântica poderia ser atribuída a
1847 responsabilidade de acompanhar os procedimentos com relação ao licenciamento
1848 ambiental dos empreendimentos localizados em Fernando de Noronha. Então, no
1849 âmbito da Câmara Técnica de Mata Atlântica o assunto será considerado como
1850 recomendado.

1851 Votamos então a moção nesse nível de apoio à iniciativa do Ministério Público.
1852 Os que estejam de acordo, por favor, se manifestem. Trinta votos. Os que estejam
1853 contra. Nenhum voto contra. Abstenção? Uma abstenção. Aprovada.

1854 Retomamos agora ao item 5.4 para as informações do coordenador do grupo de
1855 trabalho, Antonio Hermann Benjamim, sobre as atividades do grupo que trata da
1856 superposição entre áreas indígenas e Unidades de Conservação.

1857

1858 **Antonio Hermann Benjamim**

1859

1860 Senhor Secretário, a minha intervenção é extremamente breve, é apenas para
1861 relatar que amanhã o Grupo estará oficialmente entregando ao Senhor Ministro, a
1862 proposta de resolução definindo critérios para a solução do conflito em Unidades de
1863 Conservação de Uso Sustentável, e que, também amanhã, este Grupo criado pelo
1864 CONAMA estará se reunindo para iniciar a discussão dos conflitos na hipótese de
1865 superposição entre áreas indígenas e Unidades de Conservação de Proteção Integral.
1866 Então, era simplesmente este o relatório que nós tínhamos a fazer, imaginamos que Sua
1867 Excelência o Senhor Ministro vai encaminhar ao CONAMA, para a próxima reunião,
1868 essa proposta de resolução ou de decreto tratando do conflito vivido entre Unidades de
1869 Conservação de Uso Sustentável e as Áreas Indígenas.

1870

1871 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

1872

1873 Nós agradecemos a informação trazida ao conhecimento dos senhores
1874 conselheiros, e passamos, em seguida, ao item 5.8 da pauta que dispõe sobre a ocupação
1875 de áreas no entorno do Parque Estadual do Rio Doce, no Estado de Minas Gerais,
1876 procedência da Câmara Técnica para Assuntos da Mata Atlântica. Tem a palavra.

1877

1878 **Francisco Soares – Representante das ONGs da Região Nordeste**

1879

1880 Esta outra moção do Parque do Rio Doce foi também proposta apresentada na
1881 Reunião da Câmara Técnica em Porto Seguro, como outras moções também, de forma
1882 que o grande objetivo foi exatamente proteger e garantir a proteção daquelas áreas,
1883 então a proposta da moção é esta, todos tem em mãos, e seria em virtude de estarem
1884 acontecendo várias invasões em seu entorno. Foi uma proposta de moção dirigida ao
1885 Governo Municipal de Timóteo, ao Instituto de Florestas de Minas Gerais, a Fundação
1886 Estadual do Meio Ambiente, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e
1887 Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, solicitando a desocupação das áreas
1888 invadidas e o impedimento de novas invasões, de ocupações, até que seja aprovado o
1889 Plano Diretor do Município, conforme determinou o Conselho Estadual de Política
1890 Ambiental, através de condicionante aprovada quanto ao licenciamento de
1891 empreendimentos imobiliários limoeiro, hoje o recanto verde.

1892
1893
1894
1895
1896
1897
1898
1899
1900
1901
1902
1903
1904
1905
1906
1907
1908
1909
1910
1911
1912
1913
1914
1915
1916
1917
1918
1919
1920
1921
1922
1923
1924
1925
1926
1927
1928
1929
1930
1931
1932
1933
1934
1935
1936
1937
1938
1939
1940
1941

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

Em discussão. Não havendo quem queira se manifestar, em votação. Os conselheiros que estejam de acordo que se manifestem, por gentileza. Estamos em votação, os que estão de acordo que se manifestem. dezoito votos. Os que estejam contra? Nenhum voto contra. Abstenção? Cinco abstenções. Aprovada.

Item 5.9 dispõe sobre a criação do centro nacional, eu vou ler prevenção no lugar de preservação, e peço que retifiquem, criação do centro nacional de prevenção e controle dos incêndios florestais. Pois é, mais no texto que está comigo está preservação e controle, então vale o que está na mão de vocês, o centro nacional como previsto, procedente da Câmara Técnica de Mata Atlântica e Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Novamente a Câmara Técnica.

Francisco Soares – Representante das ONGs da Região Nordeste

Eu acho que o Brasil já passou por muitos vexames com vários incêndios na Amazônia, e agora com o incêndio que ocorreu no Parque Nacional do Descobrimento e outros, nós sabemos que não estamos preparados para debelar o fogo e, lamentavelmente, quando o socorro chega já se perdeu muita floresta, então é só correr atrás do prejuízo, simplesmente apagar as cinzas porque não fica mais nada. Essa discussão foi também objeto muito importante lá em Porto Seguro, no momento em que as denúncias sobre o incêndio eram atribuídas a outras pessoas, e depois se viu que as ações que chegaram lá foram muito insipientes e, ao mesmo tempo, foram mais de trabalho voluntário, porque faltava uma estrutura governamental, uma estrutura preparada para debelar o fogo no momento de qualquer incêndio. Então, esta proposta também contaria com o apoio do próprio setor do IBAMA e do Ministério que trabalha na área de combate aos incêndios na floresta. E este centro só vai fortalecer esta política de preparar para enfrentar um momento de incêndio, ou alguma coisa que ocorresse, e nós sabemos também que quando aconteceu um incêndio na Amazônia, há uns dois anos atrás, nós tivemos problemas sérios até de pedir ajuda aos países vizinhos, porque nem aeronaves, nem nada, a gente não tinha para combater os incêndios nas florestas. Então esta proposta de criação do centro de prevenção e combate a incêndios florestais vai, sobretudo, preparar para que um incêndio de grande proporção, um incêndio que aconteça, tenhamos, pelo menos, condições de enfrentá-lo.

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

Em discussão. Não havendo...Maurício, Conselheiro.

Maurício Lobo – Representante da ANAMMA

Eu gostaria de ouvir do Ministério, porque me parece que tem um programa com relação a isto apresentado, o Arco do Desmatamento, tem um programa com sensoriamento remoto, quer dizer, eu acho que a gente também votar uma moção para criação de um centro, se existe já uma coisa montada no Ministério e pelo IBAMA também, eu acho meio..., acho que alguém do Ministério tem que se posicionar sobre isso.

1942 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**
1943

1944 Porque, na verdade, nós estamos inclusive festejando que em relação a
1945 Amazônia, e vai um agradecimento a todos que colaboraram e que estão aqui presentes,
1946 no sentido que nós temos diminuído consideravelmente os focos de incêndio, a Dra.
1947 Marília merece um agradecimento de público aqui pelo empenho que teve nesta
1948 questão, mas, na verdade, ainda existem questões relativas, e a concentração deste
1949 trabalho está, principalmente, no Arco do Reflorestamento da Amazônia. Mas nós
1950 tivemos um incêndio grande, inclusive que tomou mais de mil hectares no Parque
1951 Nacional do Descobrimento na Mata Atlântica, tanto que essa moção é originária da
1952 Câmara Técnica de Mata Atlântica. Então, nós não vemos impedimento nenhum de que
1953 um centro possa reforçar ainda um trabalho que está sendo bem sucedido, eu agradeço o
1954 pedido de esclarecimento, mas o Ministério do Meio Ambiente vê com bons olhos de
1955 que este trabalho se consolide de uma forma a poder abranger todos os demais biomas
1956 brasileiros, da forma que já vem abrangendo, mas que possa ter uma consistência ainda
1957 maior. Nós entendemos que é um trabalho que está sendo feito de forma eficiente, e nós
1958 queremos consolidá-lo e melhorá-lo ainda, é esse o sentido desta moção. Obrigado.

1959
1960 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**
1961

1962 Continua em discussão. Não havendo mais quem queira se manifestar, em
1963 votação. Os que estejam de acordo, por gentileza, que apresentem os seus cartões.
1964 Vinte e cinco votos a favor. Os que estejam contra que se manifestem, por gentileza.
1965 Nenhum voto contra. Abstenção? Uma abstenção. Aprovada.

1966 Finalmente, no item cinco tratando da ordem do dia, o processo que dispõe sobre
1967 aprovação de contrapartida do PROMATAS, bem como a efetiva criação do Comitê
1968 Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica de Minas Gerais. Proposta de moção
1969 procedente da Câmara Técnica Temporária para Assuntos da Mata Atlântica.
1970 Novamente a palavra para o Conselheiro Francisco Soares.

1971
1972 **Francisco Soares – Representante das ONGs da Região Nordeste**
1973

1974 Esta proposta é uma proposta que realmente veio de mim, contou com o apoio
1975 de todos os setores, e que isso seria importante, porque o PROMATAS precisaria,
1976 sobretudo, com uma moção dessas iria ajudar para que o Governador do Estado
1977 começasse a alocar recursos para que possa ser implantado este centro. Essa forma só
1978 vai fortalecer uma política que já existe no Estado, mas sendo votada pelo CONAMA,
1979 vai sensibilizar cada vez mais o Governo do Estado para alocar recursos para a sua
1980 implantação, o PROMATAS.

1981
1982 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**
1983

1984 Em discussão. Conselheiro Leopoldo Brandão.
1985

1986 **Leopoldo Brandão – Representante da CNC**
1987

1988 Senhor Presidente, quem nasceu em Minas e está fora de lá há quarenta anos,
1989 mas continua mineiro, lá é uma espécie de tribo, nós somos todos da mesma tribo, eu
1990 lamento este tipo de colocação. A riqueza de Minas hoje é da ordem de setenta, oitenta
1991 bilhões de dólares por ano. Está se falando de quinze milhões de reais de apoio externo.

1992 Dizer que este Programa está dependendo de quinze milhões de reais da Alemanha para
1993 deslançar, me parece um pouco irrealista. Eu tenho sérias dúvidas de que o
1994 Governador de Minas, que é uma pessoa de temperamento um pouco imprevisível, não
1995 vá ficar irritado com esta moção, como se nós estivéssemos desconhecendo ou
1996 duvidando de seu empenho em apoiar este Programa que é tão importante. Outra coisa
1997 admirável que veio no bojo do texto é que, com quinze milhões de reais, quinhentos mil
1998 hectares serão regularizados. Eu até irei a Minas Gerais descobrir como é que se faz este
1999 milagre. Porque com quinze milhões de reais se acerta, legaliza e coloca em ordem
2000 quinhentos mil hectares, eu nunca vi nada tão barato na minha vida nesta matéria,
2001 francamente, parece que tem uma alquimia que a gente não conhece que é
2002 impressionantemente barata. Eu tenho sérias dúvidas se nós não vamos aborrecer o
2003 Governador do Estado e lamento que, se isso for verdade, como está escrito, que um
2004 Estado daquela riqueza precise depender de quinze milhões de reais da Alemanha para
2005 desenvolver um Projeto tão importante e tão barato. Acho que dois ou três telefonemas
2006 do Governo do Estado para os grupos econômicos de Minas, cada um alocaria três,
2007 quatro, cinco milhões de reais, e isso estaria resolvido numa semana, tanto que eu tenho
2008 muitas dúvidas sobre a eficácia desta moção, e até se não vai irritar ao temperamento
2009 imprevisível do Governador de Minas, e queria felicitar a mágica mineira que, com
2010 quinze milhões de reais se regularizam quinhentos mil hectares. Eu vou lá procurar
2011 saber, procurar o Secretário do Meio Ambiente para ver como se faz esta mágica, eu
2012 estou fazendo um trabalho com cento e oito mil hectares e já custou muito mais do que
2013 isso, tanto que eu estou envergonhado da minha competência administrativa em relação
2014 a esta austeridade e esta eficiência financeira de Minas Gerais, tanto que eu tenho todas
2015 as dúvidas desta proposta, e não sei o que fazer, porque eu queria ajudar, mas,
2016 francamente, um Estado que produz setenta, oitenta bilhões de dólares por ano, precisar
2017 desta migalha de ficar defendendo, eu não entendo, eu não sei quem redigiu isto, não sei
2018 qual é a mineiridade de quem redigiu isso, mas não está me parecendo uma proposta
2019 mineira não.

2020

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

2021

2022

Continua em discussão. Conselheiro Francisco Soares.

2023

2024

Francisco Soares – Representante das ONGs da Região Nordeste

2025

2026

2027

2028

2029

2030

2031

2032

2033

2034

2035

2036

2037

2038

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

2039

2040

Eu gostaria que o Secretário José Pedro fizesse alguns esclarecimentos.

2041

2042
2043
2044
2045
2046
2047
2048
2049
2050
2051
2052
2053
2054
2055
2056
2057
2058
2059
2060
2061
2062
2063
2064
2065
2066
2067
2068
2069
2070
2071
2072
2073
2074
2075
2076
2077
2078
2079
2080
2081
2082
2083
2084
2085
2086
2087
2088
2089
2090
2091

José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas

Bem, só a título de avançar na informação, existe um processo, que o Ministério do Meio Ambiente vem apoiando significativamente, de implantação de Corredores Ecológicos da Mata Atlântica, não só proteger os remanescentes existentes, mas como buscar os elos de ligação daqueles corredores que são essenciais à proteção da biodiversidade, porque mais da metade dos remanescentes da Mata Atlântica hoje não têm condição de garantir a proteção da biodiversidade a médio ou a longo prazo, por questão de conservabilidade e por outras questões de alta tecnicidade, que pessoas mais qualificadas do que eu na platéia poderiam explicar aos senhores. Agora, esses recursos têm sido trazidos na forma de uma contribuição direta, principalmente pelo Governo Alemão, que já tem uma contribuição que está numa segunda etapa com o Governo de São Paulo, com o Governo do Paraná, também apoiando no PPG-7 o Corredor Mata Atlântica, que é o primeiro corredor que vem de Salvador até a divisa do Espírito Santo com o Rio de Janeiro, portanto, uma área significativa, onde, inclusive, está esta comunidade Pataxó que nós discutimos, e está terminando uma negociação importante com Santa Catarina e com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e nós entendemos que estes quinze milhões de marcos são necessários, apesar do Dr. Leopoldo considerar que são insuficientes, nós também achamos que precisa mais do que isso, mas são necessários. Então, basicamente, a questão é de que todos os esforços são bem vindos na direção de que se tenha realmente o recurso necessário para a execução deste trabalho, as informações que nos chegam é de que o projeto do Rio de Janeiro, que está também em fase final de aprovação, precisa de uma contrapartida que já foi acordada pelo o Governo do Estado e que ainda não está posta na mesa, digamos assim, mas o representante do Rio que está balançando a cabeça no sentido de que já está compromissado, mas não estão contratados ainda os funcionários, mas então o Rio de Janeiro também que está numa fase final de negociação está confirmando, e nós agradecemos muito, de que há recursos desta ordem também para que se implante o Projeto de Cooperação KFW, que é muito importante para a Mata Atlântica no Estado do Rio, e no caso de Minas Gerais está faltando a contrapartida, chegou essa informação justamente de que há dificuldades no Governo de Minas de colocar esta contrapartida, então o rico Estado de Minas, como colocou o Dr. Leopoldo, tem essa dificuldade, e nós estamos, então com..., nessa moção o que a Câmara Técnica quer é justamente que o Estado cumpra com o que foi negociado. Basicamente é essa, resumidamente, a situação, e acredito que esta moção tentará, ou pelo menos a intenção dela é de que ela tente vencer esta barreira, e que o Governo do Estado de Minas coloque esta contrapartida, para que estes trabalhos que já estão, de há muito, vários anos, já definidos, possam ser iniciados. Obrigado, Senhor Presidente. Prestei os esclarecimentos que achei que seriam interessantes que fossem do conhecimento do plenário.

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

Continua em discussão. Conselheiro Miguel.

Miguel Scarcello – Representante das ONGs da Região Norte

Bom, eu sou lá da Amazônia, do Acre, Dr. Leopoldo eu adoro o povo mineiro, acho que é um grande exemplo, e me chamou aqui atenção nesta moção uns dados sobre a situação das Unidades de Conservação do Estado, conservação de áreas, e agente vê

2092 que menos de 1% do Estado tem áreas reservadas para conservação ou para
2093 preservação. Um Estado com a importância que tem Minas Gerais, com a história que
2094 tem Minas Gerais, não tem 1% da sua área para conservação e preservação. Isso não
2095 combina bem com a capacidade e a vivência que ele tem, com as experiências que ele
2096 apresenta, e com a riqueza que ele possui. Eu acho que uma moção como essa, apesar
2097 de estar contextualizada com vários detalhes relacionados a um programa de
2098 intercâmbio internacional, e ser um pouco confusa, mas eu acho que seria importante
2099 referendá-la pelo motivo de que a gente não pode ainda estar emperrando um processo
2100 de implantação de Unidade de Conservação, por conta, aparentemente, de certas
2101 discordâncias ou certos desentendimentos, no encaminhamento institucional, para se
2102 formalizar a efetivação de um Programa, de um apoio como esse. Eu acho muito
2103 interessante se apoiar, principalmente por essa pouca, pelas poucas áreas que Minas têm
2104 de preservação e de conservação. Então, eu, particularmente, defendo ainda que a
2105 moção seja aprovada e que o Governo de Minas, se o nosso Governador se sentir
2106 cutucado ou um pouco incomodado, que ele, de novo, se manifeste que ele está na luta
2107 para conservação destas Unidades, porque pode ser que, aparentemente, ele queira fazer
2108 isso, mas, efetivamente, pouco tem sido feito. É a exemplo do que acontece na
2109 Amazônia, nós temos brigado muito, eu respeito muito o posicionamento que eu sei que
2110 as ONGs ambientalistas lá de Minas trouxeram, e sei que a luta deles não é uma luta em
2111 vão, é uma luta necessária, e que a gente aqui poderia referendar para que o Governo de
2112 Minas seja mais efetivo na criação das Unidades de Conservação daquele Estado.

2113

2114 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

2115

2116 Continua em discussão. Secretário Paulo Ferreira, Conselheiro de São Paulo.

2117

2118 **Paulo Ferreira – Representante do Governo do Estado de São Paulo**

2119

2120 Eu queria manifestar o meu apoio a esta moção. Eu acho que o problema é um
2121 pouco maior, o problema é que o Governo do Estado tem que cumprir um compromisso
2122 internacional, eu não discutiria aqui nem o valor, mesmo que fossem três ou quatro
2123 marcos, eu acho que ele tem que cumprir um compromisso internacional, esse
2124 compromisso internacional surgiu de um programa que foi feito, e desse programa
2125 resultou então este valor. E esse programa foi referendado pelo Governo Federal, o
2126 Governo Federal é o avalista final deste programa, nós temos uma programação com a
2127 KFW e ele funciona bem, os alemães prestigiam, eles funcionam na parte deles. No
2128 caso do Estado de São Paulo nós estamos adiantados com relação aos recursos, o pare e
2129 passo está do nosso lado ao invés de estar do lado dos alemães, e também é um valor
2130 insignificante, é um valor muito pequeno para as necessidades de São Paulo, mas era o
2131 valor possível, um valor que foi feito dentro de um programa. Eu acho o seguinte, que o
2132 Governo de Minas Gerais precisa, então, estar consciente de que isso faz parte de um
2133 programa maior dentro do Brasil, e que ele precisa fazer a parte dele de fornecer a
2134 contrapartida, ainda que sendo um valor bastante pequeno, como disse o Conselheiro
2135 Leopoldo.

2136

2137 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

2138

2139 Conselheiro do Ministério da Justiça. Conselheiro Sérgio.

2140

2141

2142 **Raimundo Sérgio Barros Leitão – Representante do Ministério da Justiça**

2143

2144 Fazendo uso das palavras do Sr. Leopoldo, eu só queria esclarecer, eu não sei se
2145 isso ficou claro para ele, que o valor não é quinze milhões de reais, é quinze milhões de
2146 marcos.

2147

2148 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

2149

2150 Que é mais ou menos o mesmo. Hoje o marco está paritário.

2151

2152 **Raimundo Sérgio Barros Leitão – Representante do Ministério da Justiça**

2153

2154 Eu não sabia que nós já tínhamos alcançado o patamar da Alemanha. Desculpe a minha
2155 desinformação. Mas, a segunda questão que eu queria colocar fazendo uso, então, agora
2156 talvez de modo correto, das suas palavras é de que talvez quinze milhões de reais possa
2157 ser muito pouco, mas o que está se pedindo ao Governo de Minas, como o Senhor falou,
2158 me parece que está numa situação muito auspiciosa em termos financeiros, não é quinze
2159 milhões é apenas 40% deste valor, então nos termos da sua colocação, me parece que o
2160 senhor deveria apoiar efusivamente a moção, pois se trata apenas de 40% de quinze
2161 milhões. Se quinze milhões para o Senhor já é muito pouco, o que diria de 40%, para
2162 Minas, então, é menos ainda. Eu acho que a moção é plenamente justificável usando o
2163 seu próprio argumento. Apóio a moção.

2164

2165 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

2166

2167 Eu vou colocar, então, a matéria em votação. Os que estejam de acordo que se
2168 manifestem, por gentileza. Vinte e cinco votos a favor. Os que estão contra? Nenhum
2169 voto contra. Abstenção? Cinco abstenções.

2170 Em seguida passamos para o item 6.

2171

2172 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

2173

2174 Dr. Joels, a moção dos Pataxós tem a sua redação terminada?

2175

2176 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

2177

2178 Não. Então seguimos até que a matéria esteja à mesa. Aprovação do calendário
2179 de reuniões do plenário para 2001, na forma previamente distribuída. Em discussão.
2180 Não havendo quem queira se manifestar, em votação o calendário de reuniões plenárias
2181 a ser cumprido durante o exercício de 2001. O que estiverem de acordo que se
2182 manifestem apresentando seus cartões. Vinte e nove votos. Os que estejam contra, por
2183 gentileza, se manifestem. Abstenção? Uma abstenção.

2184 Em seguida nós temos o depoimento do Secretário de Recursos Hídricos, Dr.
2185 Raymundo Garrido, sobre o Quarto Diálogo Interamericano de Gerenciamento de
2186 Águas a ser realizado no Brasil, é um informe que ele gostaria de trazer ao
2187 conhecimento dos senhores conselheiros. Dr. Garrido.

2188

2189

2190

2191 **Raymundo J. Santos Garrido – Secretário de Recursos Hídricos.**

2192

2193 Obrigado, Senhor Presidente, Senhor Secretário-Executivo, Secretário José
2194 Pedro, senhoras e senhores conselheiros, senhoras e senhores convidados. Inicialmente,
2195 o meu agradecimento a este Conselho pela oportunidade de trazer ao conhecimento de
2196 todos os trabalhos preparatórios, de forma muito breve, sobre o Quarto Diálogo
2197 Interamericano de Recursos Hídricos. O Quarto Diálogo, aliás, a seqüência dos
2198 Diálogos, é uma reunião permanente e bienal, que é resultado da Agenda 21, da Rio 92,
2199 em seu Capítulo 18, que já foi realizado o Primeiro em 95 nos Estados Unidos, em
2200 Miami, o Segundo, em 97, em Buenos Aires, o Terceiro, em 99, na Cidade do Panamá,
2201 e o Quarto caberá ao Brasil receber, em Foz do Iguaçu, neste ano, entre dois e seis de
2202 setembro próximo. Além de resultar das recomendações da Agenda 21, o Quarto
2203 Diálogo também será um momento para que se aprofundem as discussões havidas no
2204 Segundo Fórum Mundial da Água, que foi realizado no ano passado, em março, na
2205 cidade de Haia, e também funcionará como sessão preparatória de três eventos
2206 internacionais em recursos hídricos, a Reunião Rio Mais Dez, Dublin Mais Dez, e o
2207 Terceiro Fórum Mundial de Águas, que será realizado em Kioto, em 2003. Portanto, o
2208 Quarto Diálogo também se insere como um momento de debates para se preparar a
2209 visão mundial da água e, em particular, dado tratar-se de um evento interamericano, a
2210 visão das Américas é o foco principal do Quarto Diálogo. Os temas escolhidos para a
2211 reunião brasileira, o Diálogo no Brasil, serão a questão dos recursos hídricos em regiões
2212 metropolitanas, são quatro itens, o segundo, é a questão dos recursos hídricos em
2213 regiões semi-áridas e áridas, o terceiro, é o problema dos recursos hídricos em bacias
2214 hidrográficas de rios fronteirços e transfronteirços, e o quarto tema, é o enfoque da
2215 questão da vulnerabilidade climática. A expectativa nossa é de contarmos com
2216 setecentas a mil pessoas de todos os países americanos, é vontade da organização, da
2217 parte brasileira do comitê organizador do Diálogo, aproveitar a oportunidade para não
2218 só promover a troca de experiências, mas também demonstrar a capacidade, o potencial
2219 e a pujança da engenharia brasileira no campo dos recursos hídricos, e para isso nós
2220 teremos vários tipos de sessões. Este documento, eu não sei mais se vai alcançar a
2221 Reunião porque parece que já se aproxima do final da agenda, mas a idéia nossa, Senhor
2222 Presidente, era pela expectativa nossa é que eu viria aqui às 14:30, e eu recebi o
2223 chamado do Senhor para vir mais cedo, e o ofício encaminhando isso a cada conselheiro
2224 não ficou pronto, a nossa intenção é mandar para cá às 14:00 horas se a reunião for
2225 continuar, senão tomaremos o endereço de todos para fazer o envio, temos, também, a
2226 expectativa de termos contatado com praticamente, todos os governos estaduais, por
2227 isso, aproveito o CONAMA para solicitar aos senhores secretários de meio ambiente
2228 dos estados que avaliem a possibilidade de, isso está sendo pedido oficialmente, de cada
2229 Estado ter um estande lá no Quarto Diálogo para, justamente, demonstrar o que vem
2230 sendo realizado por cada um. Aproveito esta oportunidade apenas para fazer esse
2231 comentário, e no mais estaria contido neste documento que estaria sendo distribuído, na
2232 verdade dois documentos, um documento síntese e outro que explica a organização
2233 completa do evento, a agenda já está pronta, mas sofrendo algumas modificações em
2234 função da confirmação dos conferencistas principais. Aqui no documento aparece o site
2235 que é o [www. Quarto Diálogo.com](http://www.QuartoDiálogo.com), onde as informações também podem ser facilmente
2236 alcançadas. Além disso, no *site* do MMA há um compartimento, há uma janela para o
2237 Quarto Diálogo, e eu aproveito para aqui apenas apresentar o Dr. João Henrique
2238 Prasciano, lá no fundo, e eu pediria para ele acenar com o braço, que é o Secretário
2239 Executivo do evento, e estamos trabalhando em conjunto neste trabalho de organização,
2240 que inclui, a última informação que faltou que deveria ter sido dada no início, que inclui

2241 a Organização dos Estados Americanos, além do Governo Brasileiro, através do
2242 Ministério do Meio Ambiente, e a Rede Interamericana de Organismos de Bacias
2243 Hidrográficas. Então o evento, por ser internacional, o lado internacional do evento é
2244 capitaneado pela Organização dos Estados Americanos, a OEA, e eu mencionei a Rede
2245 Interamericana de Organismos de Bacias, ela é um organismo ligado a Organização dos
2246 Estados Americanos, portanto, eram essas as informações. Eu agradeço muito a
2247 oportunidade de aqui ter trazido lembrando, mais uma vez, a data que será entre dois e
2248 seis de setembro próximo, e fico à disposição para enviar informações complementares
2249 ou, se for o caso, mas eu acho que eu usei todo o espaço de dez minutos, para aqui
2250 mesmo responder a alguma dúvida que já sobrevenha. Obrigado, Senhor Presidente.

2251

2252 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

2253

2254 Agradecemos ao Secretário Raymundo Garrido a oportunidade de transmitir ao
2255 Conselho a realização do Quarto Diálogo Interamericano de Gerenciamento de Águas
2256 no País, e é um tema que, seguramente, terá grande importância para cada um dos
2257 nossos conselheiros. Conselheiro Finotti pediu a palavra.

2258

2259 **Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste**

2260

2261 Caro Secretário, em primeiro lugar o meu cordial bom dia, eu gostaria de me
2262 manifestar ao plenário deste Conselho que recentemente foi reativada a Câmara Técnica
2263 Temporária de Assuntos para o Mercosul do CONAMA, e um dos primeiros assuntos
2264 que nós colocamos foi exatamente o trabalho que está sendo feito em cima do aquífero
2265 Guarani e, para tanto, nós solicitamos a participação da Secretaria de Recursos Hídricos
2266 do Ministério, e em função disto, Caro Presidente, Caro Secretário, Senhor Diretor, nós
2267 estamos iniciando um grande trabalho que foi colocado no Repensando o CONAMA
2268 que é o relacionamento dos diversos conselhos, e dos diversos setores ambientais com o
2269 CONAMA. Então, é muito importante que estes conselheiros aqui presentes, o próprio
2270 CONAMA tenha uma participação muito grande no nosso Diálogo, e eu espero que o
2271 evento tenha todo o sucesso. Obrigado.

2272

2273 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

2274

2275 Nós estamos nos itens finais da nossa pauta, e eu gostaria de condensar todas as
2276 nossas discussões finais em quarenta minutos, e encerrar a reunião em uma hora e trinta
2277 minutos, às 13:30, de tal maneira que não fosse necessário retornar após o almoço. No
2278 meu relógio faltam cinco para a uma e nos iríamos até 13:30 e condensaríamos a pauta
2279 neste tempo, para não haver necessidade de retornar após o almoço. Então, eu pediria
2280 que o Dr. Maurício Andres como Diretor do CONAMA tratasse do item número oito.

2281

2282 **Maurício Andres – Diretor do CONAMA**

2283

2284 Senhores conselheiros, uma das recomendações do Repensando o CONAMA, do
2285 grupo de trabalho criado pelo Ministro em 99, e que ofereceu as suas recomendações no
2286 ano 2000, foi a elaboração de uma Agenda Nacional do Meio Ambiente. Uma Agenda
2287 Nacional do Meio Ambiente para o biênio 2001/2002. No início deste ano, o Ministério
2288 do Meio Ambiente deu partida a este processo tendo sido solicitada de cada Secretário
2289 do Ministério, do IBAMA, dos Gerentes de Programa do Avança Brasil, que
2290 elaborassem as suas propostas de temas prioritários para este biênio. Estas propostas

2291 estão sendo estruturadas num documento de entrada, um documento que vai ser trazido
2292 ao conhecimento de cada conselheiro, para que nesse período agora entre hoje, final de
2293 abril, até o final de maio possam ser coletadas dos senhores conselheiros todas as
2294 sugestões, as propostas de prioridades para a ação do CONAMA no ano 2001/2002. A
2295 proposta do Repensando o CONAMA é que este documento consolidado seja já trazido
2296 para aprovação na próxima reunião plenária ordinária deste Conselho, no início de julho
2297 deste ano, de acordo com o calendário que acabou de ser aprovado, dia 12 de julho deste
2298 ano. Então, eu queria apenas em relação a este tema da Agenda Nacional do Meio
2299 Ambiente, fazer um apelo aos senhores conselheiros para aqueles que tenham propostas
2300 de prioridades a serem trabalhadas por este Conselho que nos encaminhem à Secretaria,
2301 à Diretoria Executiva do CONAMA para que nós possamos consolidar este documento,
2302 e colocá-lo em discussão e em votação na Reunião de Julho.

2303 Além disso, tem outras iniciativas relacionadas ao Repensando o CONAMA
2304 como, por exemplo, as discussões sobre a estrutura e composição do Conselho, que
2305 também estão sendo objeto de entendimentos nos vários setores do Governo, e,
2306 particularmente, com a Casa Civil, no sentido de se editar um decreto que possa refletir
2307 aquela proposta de estrutura e composição que tiver sido acordada, e neste sentido, na
2308 semana passada, houve uma reunião com os membros do grupo do Repensando o
2309 CONAMA para poder discutir algumas possibilidades de algumas alternativas para que
2310 a gente possa, em breve, já ter esse decreto definindo a estrutura e a composição no
2311 novo CONAMA. Em paralelo a isso, as câmaras e os grupos de trabalho continuam
2312 funcionando plenamente. Não está havendo nenhum processo de descontinuidade no
2313 trabalho do CONAMA, porque esse é um processo de implementação gradual, como
2314 disse o Ministro no início desta sessão, é um processo de implementação que vai agora
2315 no ano de 2001, e alguma coisa em 2002, deve fazer parte desta implementação daquilo
2316 que foi pensado como uma reformulação do CONAMA. A questão do regimento
2317 interno que foi aprovada aqui neste plenário no ano passado está sendo vista uma
2318 possibilidade de aprovação daqueles artigos que dizem respeito, que não dependam de
2319 nenhum decreto regulamentador, para que a gente tivesse um regimento de transição, e
2320 no momento que o decreto for editado viria então o regimento mais definitivo do
2321 CONAMA implementado. Então, todo esse processo gradual de implementação está em
2322 andamento, e a primeira iniciativa, a mais avançada, é, exatamente, a elaboração desta
2323 Agenda Nacional do Meio Ambiente que vai nos dar, inclusive, um termômetro de que
2324 temas em que áreas vão exigir maior investimento para que as próprias câmaras técnicas
2325 possam ajustar os seus trabalhos e os grupos de trabalho também, de acordo com esta
2326 pauta que tiver sido definida aqui por este plenário. Basicamente eram essas as
2327 informações que eu gostaria de trazer aqui a respeito do processo de implementação das
2328 recomendações e das propostas do grupo Repensando o CONAMA, item seis, não, item
2329 oito dessa pauta.

2330

2331 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

2332

2333 Conselheiro Leopoldo Brandão.

2334

2335 **Leopoldo Brandão - Representante da CNC**

2336

2337 Senhor Secretário, eu me surpreendi com a informação de que todas as câmaras
2338 técnicas estão funcionando, e pediria a gentileza de Vossa Senhoria de nos ler quais
2339 são as câmaras que estão em funcionamento, porque a minha impressão é diferente. Por
2340 outro lado, eu queria dizer que nós estamos vivendo aqui a falta de um novo regimento,

2341 estamos com vinte e poucos membros de um Conselho de setenta e dois, e isso foi
2342 intensamente trabalhado nas propostas de regimento interno mais novo, existem lá
2343 várias medidas tentando corrigir este grave problema do CONAMA que é funcionar
2344 com um número absolutamente ilegal e não representativo, porque muito menos do que
2345 50% dos seus membros estão aqui. Eu encareço a urgência da possibilidade de ter o
2346 novo instrumento em vigor.

2347

2348 **Mauricio Andres Ribeiro – Diretor do CONAMA**

2349

2350 Eu não disse que todas as câmaras estão funcionando plenamente, eu digo que as
2351 atividades dos grupos de trabalho, aquelas atividades consideradas prioritárias pelos
2352 conselheiros, e que estão sendo trazidas à nossa ação para poder tomar alguma ação
2353 executiva em relação a elas estão sendo todas levadas adiante, então o entendimento não
2354 é exatamente aquele de que todas as vinte câmaras atuais do CONAMA estariam
2355 funcionamento plenamente, que não é a realidade.

2356

2357 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

2358

2359 Bom, eu gostaria de voltar agora à votação da moção relativamente à questão
2360 dos Pataxós, cuja proposta de redação alternativa está projetada. Alguma retificação ou
2361 podemos votar o texto tal como está projetado? Eu acho que está amplo o suficiente
2362 para atender a pretensão que foi apresentada originalmente pelo Conselheiro Francisco
2363 Soares, e as demais que foram sugeridas, então eu coloco em votação o texto como está
2364 projetado. Os que estejam de acordo que se manifestem apresentando os seus cartões.
2365 Em votação. Qual é a impropriedade que o senhor (inaudível), acrescente-se as vírgulas,
2366 em benefício do entendimento e da serenidade para que possamos votar. César qual é a
2367 sua proposta?

2368

2369 **César Vitor do Espírito Santo – Representante das ONGs da Região**
2370 **Centro-Oeste**

2371

2372 A minha proposta é a gente incluir uma frase ali no meio dizendo o seguinte:
2373 “aprovar moção dirigida...endossando os esforços de atuação conjunta...elaboração de
2374 um plano de ação integrado envolvendo, entre outros, e a composição florestal”, eu
2375 gostaria de ressaltar a necessidade de preservação do Parque Nacional do Monte
2376 Pascoal...

2377

2378 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

2379

2380 ...a recomposição florestal, a criação de corredores, a preservação do Parque
2381 Nacional, acrescente “a preservação do Parque Nacional”.

2382

2383 **César Vitor do Espírito Santo – Representante das ONGs da Região**
2384 **Centro-Oeste**

2385

2386 ...do Parque Nacional do Monte Pascoal.

2387

2388 **José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA**

2389

2390 É, não é só do Monte Pascoal, é dos Parques Nacionais da região.

2391
2392
2393
2394
2395
2396
2397
2398
2399
2400
2401
2402
2403
2404
2405
2406
2407
2408
2409
2410
2411
2412
2413
2414
2415
2416
2417
2418
2419
2420
2421
2422
2423
2424
2425
2426
2427
2428
2429
2430
2431
2432
2433
2434
2435
2436
2437
2438
2439
2440

Marilia Marreco Cerqueira – Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Já que o plano é de ação conjunta, eu sugiro que seja encaminhada a moção também ao Ministro de Estado da Justiça e ao Presidente da FUNAI.

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

Correto. Também com este acréscimo. Moção dirigida ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, Ministro de Estado da Justiça,

José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas

Moção dirigida aos Senhores Ministros de Estado do Meio Ambiente e Justiça.

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

E aos Presidentes do IBAMA e da FUNAI. Bom, em votação. Os que estão de acordo com o texto finalmente retificado que se manifestem apresentando os seus cartões. Trinta e dois votos. Os que estejam contra? Nenhum voto contra. Alguma abstenção?Nenhuma abstenção. Aprovada.

Em seguida o item nove.

Mauricio Andres Ribeiro – Diretor do CONAMA

O item nove também é apenas um registro que está aí no documento que foi distribuído aos senhores conselheiros, é uma prestação de contas, pela Diretoria Executiva do CONAMA, dos encaminhamentos que foram dados àquelas moções que este plenário aprovou durante o ano 2000, então isto é apenas para informação dos senhores conselheiros sobre os desdobramentos que foram dados àquelas moções aprovadas. Qualquer dúvida, depois a Diretoria do CONAMA está à disposição para poder, em relação a alguma outra moção que tenha sido apresentada, porque nós estamos fazendo um trabalho exatamente de encaminhamento de tudo aquilo que foi decido neste plenário. Basicamente era este o informe sobre o item nove.

José Carlos Carvalho – Secretário-Executivo do MMA

Item 10. Conselheiro José Pedro de Oliveira Costa.

José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas

Obrigada Dr. José Carlos. Rapidamente, já foi distribuído na entrada para os senhores este folheto, relativo à Semana da Mata Atlântica. Como foi informado anteriormente, nós teremos uma Reunião Extraordinária do CONAMA, que será no dia vinte e cinco de maio, em Joinville, para tratar explicitamente da questão da Mata Atlântica, eu queria, dia vinte e quatro de maio, desculpe. Eu queria primeiro deixar gravado aqui um agradecimento ao Governo do Estado de Santa Catarina, ao Deputado e Secretário Macagnan aqui presente, pela sua colaboração ativa e financeira também para este trabalho, e além da reunião do CONAMA nós teremos atividades dos dias

2441 vinte e dois ao dia vinte e sete de maio, inclusive, importantes, o *workshop* sobre a
2442 questão de Mata Atlântica, um seminário “a preservação como oportunidade de
2443 negócios e investimentos”. Esse trabalho é patrocinado, realizado pela rede de ONGs de
2444 Mata Atlântica, pela cidade de Joinville, pelo Governo de Santa Catarina, pelo
2445 Ministério do Meio Ambiente, tem um amplo apoio, de forma que eu queria agradecer
2446 aos apoiantes e pedir a atenção dos senhores para este folheto, dada a exigüidade de
2447 tempo há ainda condição de muita colaboração dos senhores a vários eventos que vão se
2448 dar aqui, inclusive uma reunião do *bureau* do Conselho da Reserva da Biosfera da Mata
2449 Atlântica, ou através da rede de ONGs da Mata Atlântica, eu queria ao mesmo tempo
2450 informar que está sendo distribuído aos senhores conselheiros, amanhã e depois nós
2451 teremos um seminário sobre a Convenção Hamsat de zonas úmidas. Essa convenção é
2452 uma convenção que leva o nome da cidade de Hamsat onde ela foi firmada em 1971, o
2453 Brasil é signatário desta convenção e nós temos sete sítios Hamsat, entre eles a estação,
2454 hoje Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, o Parque Nacional do
2455 Pantanal, o Parque Nacional da Rua do Peixe, algumas APAs no Estado do Maranhão, e
2456 as áreas úmidas são extremamente importantes para a proteção da biodiversidade que
2457 são momentos onde há realmente uma possibilidade de concentração de fauna e flora
2458 muito importante, e eu queria convidar a todos os senhores para este evento que será
2459 desenvolvido com a presença do Dr. Delmar Blastro, que é o Secretário Geral da
2460 Convenção, que estará nos visitando a partir de hoje, deve chegar hoje no fim do dia, e
2461 este evento se dará no auditório da CODEVASF, aqui no Distrito Federal, é amanhã e
2462 depois, então quem puder estar presente, foram convidadas todas as pessoas que
2463 estavam participando deste trabalho integralmente. Eu realmente concordo com o Dr.
2464 Leopoldo que há uma falha no sentido de convidar os conselheiros, mas está sendo
2465 informado àqueles que puderem estar, principalmente ao pessoal de Brasília, a gente
2466 agradece a atenção. Sobre os dois eventos. Eu agradeço a atenção dos senhores e
2467 qualquer contribuição será muito bem vinda. Obrigado.

2468

2469 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

2470

2471 Por fim a palavra livre. Temos aqui a inscrição do Conselheiro Miguel,
2472 CONTAG, Finotti e José Álvaro, e Francisco Soares.

2473

2474 **Miguel Scarcello - Representante das ONGs da Região Norte**

2475

2476 Senhoras e senhores conselheiros, eu trago aqui para avaliação dos senhores
2477 quatro propostas de moção, e eu tentei encaminhar com antecedência, mas,
2478 infelizmente, não foi possível serem contempladas nesta pauta, mas eu faço questão de
2479 apresentá-las porque duas delas são reivindicações minhas desde a última Reunião
2480 Ordinária.

2481 A primeira é: considerando os impactos ambientais causados, desculpe,
2482 considerando que, os empreendimentos de exploração de gás natural em meio à Floresta
2483 Amazônica coloca em risco o seu equilíbrio natural e de diversos ecossistemas, e
2484 considerando também os vários acidentes ambientais que aconteceram nos últimos
2485 meses em diversas estruturas industriais de distribuição e beneficiamento de petróleo e
2486 gás natural no território brasileiro, propomos que o CONAMA aprove moção a
2487 GASPETRO, ao IBAMA e ao Governo do Amazonas para que apresentem informações
2488 sobre o projeto Urucu, o qual vem sendo desenvolvido no Estado do Amazonas e que
2489 prevê a exploração de gás natural e a construção de um gasoduto da base de exploração
2490 em Urucu até Porto Velho, capital do Estado de Rondônia. Solicitar também

2491 informações sobre o licenciamento ambiental do empreendimento e sobre os impactos
2492 ambientais gerais que este empreendimento vem causando e poderá causar na região
2493 com a instalação deste gasoduto. Então, solicito a Vossas Senhorias que aprovem esta
2494 moção para que eles venham fazer um breve depoimento sobre a situação deste
2495 empreendimento lá. Eu não sei como seria este encaminhamento, tem mais três aqui.

2496 A outra proposta de moção também é um pedido de esclarecimentos. É que:
2497 considerando os impactos ambientais causados por grandes empreendimentos aos
2498 ecossistemas amazônicos, considerando os impactos ambientais causados pela
2499 construção de estradas na floresta amazônica, e considerando a Resolução 001, de 86,
2500 que estabelece o licenciamento ambiental potencialmente causadores de impactos, este
2501 Conselho resolve aprovar moção ao DNER e ao IBAMA para apresentarem ao plenário
2502 do CONAMA o EIA/RIMA da BR 163, que é o corredor arco norte que fará a ligação
2503 do Amapá com a Guiana Francesa, e da BR 421, que liga o Município de Ariquemes ao
2504 de Nova Mamoré, no Estado de Rondônia, que irá impactar diretamente duas terras
2505 indígenas Kurueuauau e Karicuna, e a RESEX Estadual de Jaci-Paraná e a Flona do
2506 Bom Futuro, no Estado de Rondônia. Então é que tragam estas instituições aqui para
2507 fazer um esclarecimento da situação destas duas estradas, como é que está o
2508 asfaltamento, principalmente o EIA/RIMA destas duas estradas. Então, posteriormente
2509 eu coloco em votação para ver se o plenário aprova ou não o convite destas instituições
2510 para se manifestarem.

2511 E duas moções que eu trago aqui para criação de grupo de trabalho, a primeira:
2512 considerando ser importante o surgimento de novas fontes de recursos para apoio a
2513 projetos de conservação ambiental do Brasil, e considerando importante estimular a
2514 sociedade brasileira a colaborar com a conservação do meio ambiente, em especial a
2515 iniciativa privada dos setores produtivos, o CONAMA resolve, se for aprovado, criar
2516 grupo de trabalho na Câmara Técnica de Assuntos Econômicos, ou pertinente, para que
2517 estude e proponha resolução que oriente o Congresso Nacional, os Ministérios da
2518 Fazenda e do Meio Ambiente a proporem e aprovarem projeto de lei que autorize: a) a
2519 isenção parcial do imposto de renda das empresas, pessoas jurídicas e pessoas físicas
2520 que efetuarem doação em dinheiro, ou equipamentos para projetos ambientais, através
2521 de fundos de meio ambiente ou diretamente as entidades ambientalistas cadastradas no
2522 CNEA; b) a pessoa física, destinar 1% do valor do imposto de renda a pagar, apurado na
2523 declaração de ajuste anual das pessoas físicas, para uma entidade ambientalista
2524 cadastrado no CNEA ou a projetos ambientais. A proposta é que com isso a gente crie
2525 um grupo de trabalho que discuta isso, porque a gente sabe que isso é pauta do
2526 Congresso, mas o Congresso engavetou estas discussões e que a gente como CONAMA
2527 tem um poder de influência muito grande, discutir todas essas possibilidades para que a
2528 gente veja um projeto de lei sendo aprovado neste sentido, e não se empurre mais por
2529 mais anos, que esta questão fique aí a ser decidida. Então a idéia é que o CONAMA crie
2530 um Grupo de Trabalho para começar a estudar esta situação e é esta a proposta.

2531 A outra proposta de moção é: considerando o processo de consulta pública
2532 desenvolvida pelo Ministério do Meio Ambiente para elaboração da proposta de política
2533 nacional de biodiversidade, e considerando o fórum do CONAMA pertinente para
2534 discussão de indicação de mais sugestões para a proposta de política nacional de
2535 biodiversidade, o CONAMA resolve criar grupo de trabalho em Câmara Técnica
2536 pertinente ou câmara técnica temporária, para analisar a proposta elaborada pelo
2537 Ministério do Meio Ambiente e posterior aprovação do plenário do CONAMA da
2538 proposta de política nacional de biodiversidade a ser encaminhada para o Congresso
2539 Nacional, a ser transformada em projeto de lei. Então, a idéia é que a gente, antes de
2540 encaminhar para o Congresso, possa avaliar esta proposta que vai sair do Ministério do

2541 Meio Ambiente. Então, as quatro moções estão aqui e eu sugiro que sejam colocadas em
2542 votação.

2543

2544 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

2545

2546 Eu gostaria de agradecer ao conselheiro a apresentação das suas moções. A regra
2547 vigente é de que as matérias colocadas numa reunião sejam trazidas para a outra, mas o
2548 conselheiro está fazendo essa solicitação, caso o plenário concorde no sentido de que
2549 elas sejam votas agora, a mesa não se oporia. Então eu faço uma consulta aos
2550 conselheiros se nós poderíamos votar, eu pessoalmente não tenho nada contra a
2551 nenhuma destas moções, mas eu não posso ferir a esta regra que está vigente a não ser
2552 que tenha a anuência dos senhores, de forma que eu perguntaria se alguém se oporia a
2553 que nós colocássemos em votação como solicitou o Conselheiro Miguel Scarcello. Não.
2554 Dr. Maurício? Dr. Finotti, por gentileza. Conselheiro Finotti.

2555

2556 **Paulo Finotti – Representantes das ONGs da Região Sudeste**

2557

2558 Nós temos usado o expediente de quando o plenário acata as moções, elas
2559 entram em caráter de urgência e são distribuídas às respectivas câmaras técnicas, e em
2560 seguida passam pela Câmara de Assuntos Jurídicos, e na primeira reunião próxima elas
2561 são apresentadas em plenário para votação. Este é o expediente que nós temos usado,
2562 caro Conselheiro, eu acredito que, eu não sei se existe alguma objeção para tal.

2563

2564 **Miguel Scarcello - Representante das ONGs da Região Norte**

2565

2566 Eu quero respeitar o regimento, mas eu deixo aqui de novo a minha reclamação
2567 que já fiz na última reunião, de que eu faço o encaminhamento com um mês de
2568 antecedência, infelizmente aí eu dou um voto favorável ao Dr. Mauricio, de que pela
2569 entrada dele no CONAMA, mas que eu encaminhei há um mês o pedido de entrada
2570 disso em a pauta, nesta Reunião Ordinária, e infelizmente isso não foi feito de novo, é a
2571 segunda Reunião Ordinária que eu faço isso então tenho sido respeitado por esses
2572 encaminhamentos, então, por favor, que se for de novo para que façamos isso eu
2573 respeito o regimento, mas que a gente não deixe isso acontecer de novo. Se eu fiz o
2574 encaminhamento errado com um mês de antecedência que, por favor, me comuniquem
2575 que o encaminhamento foi equivocado, mas que não deixe novamente isso passar da
2576 maneira que está passando hoje, porque é a segunda Reunião Ordinária que eu faço este
2577 pedido, principalmente a questão do Urucu, lá da GASPETRO, lá do Estado do
2578 Amazonas e vamos ter que aguardar mais uma Reunião Ordinária para que isso possa
2579 ser, para que haja uma manifestação a respeito, já são seis meses nessa história.

2580

2581 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

2582

2583 Agradeço a compreensão do Conselheiro e peço então, por gentileza, a
2584 manifestação do conselheiro da CONTAG.

2585

2586 **Eugênio Conolly Peixoto – Representante da CONTAG**

2587

2588 Eu vou tentar ser rápido em função do tempo. Não é a primeira vez que a gente
2589 coloca isso aqui neste plenário, naquela reunião na sede do IBAMA que, por azar, faltou
2590 luz quando ia retomar a tarde, a gente até levantou esta questão quanto à votação de

2591 uma moção relativa à transposição do Rio São Francisco. O que a gente sente, o debate
2592 que está se passando hoje você tem Governos de Estado que são favoráveis, você tem
2593 Governos de Estado que são contra. Têm setores da sociedade civil que fazem
2594 determinado nível de crítica, determinados setores da sociedade civil que fazem outro
2595 tipo de crítica, e dentro do próprio Governo Federal não existe uma posição unânime. O
2596 que a gente propôs na outra Reunião e gostaríamos que fosse pautado para a próxima
2597 Reunião Ordinária, seguindo os ditames do regimento interno, que na próxima Reunião
2598 Ordinária do dia doze fosse ponto de pauta a criação, ou de câmara técnica temporária
2599 ou de um grupo de trabalho, cujo tema fosse a transposição do Rio São Francisco para
2600 que este Conselho, que tem o papel de ouvir os diversos setores da sociedade e orientar
2601 o Estado nas políticas ambientais, pudesse conhecer a temática porque eu acredito que
2602 boa parte das pessoas aqui conhecesse muito mais de ouvir falar do que ter tido
2603 oportunidade de ter acesso aos estudos que são decorrentes desta ação, inclusive nós que
2604 estamos representando a sociedade. Então, a solicitação que a gente faz à Presidência, à
2605 mesa, à Presidência do Conselho, é que pautar para a próxima Reunião como ponto
2606 específico a criação ou de uma câmara técnica temporária ou um grupo de trabalho para
2607 discutir a questão da transposição do Rio São Francisco, para que de fato a gente possa
2608 participar dessa discussão com capacidade, porque, veja bem, não nos interessa, e
2609 acredito que não interessa a ninguém, intervir neste debate por ouvir falar em função do
2610 discurso de A ou do discurso de B, mas poder de fato participar, discutir para a partir da
2611 informação tomar um posicionamento a respeito. Então, a gente pediria, por favor, que
2612 fosse encaminhado. Só isso.

2613

2614 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

2615

2616 Agradecendo a apresentação do Conselheiro representante da CONTAG, eu
2617 pediria a gentileza de seu encaminhamento por escrito, isso é uma norma do CONAMA
2618 muito importante para que a sua idéia seja integralmente respeitada. O Conselheiro
2619 Brandão pede um aparte em relação a este mesmo assunto, porque eu tenho mais uma
2620 inscrição.

2621

2622 **Leopoldo Brandão – Representante da CNC**

2623

2624 É a utilização do tempo livre. É um minuto.

2625

2626 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

2627

2628 Eu tenho uma lista, mas se os outros não tiverem nada em contrário então, por
2629 favor, o senhor coloca aqui, por ordem de inscrição, agradecendo a compreensão do
2630 senhor, do nobre Conselheiro Leopoldo Brandão, eu vou pedir licença, inclusive eu
2631 esqueci de anunciar que o Dr. José Carlos me pediu que eu o escusasse porque ele foi
2632 chamado de emergência para uma reunião, é só uma questão porque eu vou também me
2633 inscrever no final sobre a questão do código florestal, mas ele foi chamado pelo
2634 Ministro para uma reunião agora, então me deu a honra de poder coordenar o término
2635 desta reunião. Por gentileza, pela ordem então o Conselheiro Jose Álvaro representante
2636 das ONGs da Região Sul.

2637

2638

2639

2640
2641
2642
2643
2644
2645
2646
2647
2648
2649
2650
2651
2652
2653
2654
2655
2656
2657
2658
2659
2660
2661
2662
2663
2664
2665
2666
2667
2668
2669
2670
2671
2672
2673
2674
2675

Jose Álvaro - Representante das ONGs da Região Sul

No ano passado, acredito que todos lembrem do acidente com petróleo na Baía de Guanabara, que deu origem aqui a uma Resolução CONAMA que criou um grupo de trabalho para pensar numa auditoria de natureza ambiental nas instalações da Petrobrás, criou um grupo de trabalho para pensar a questão e propor uma resolução que tratasse da auditoria ambiental na indústria de petróleo e derivados em todo o Brasil, e também um texto sobre a questão das emergências. Veja, este grupo de trabalho foi formado e já existem duas minutas que foram preparadas, e estas minutas, eu não sei se todos a ela já tiveram acesso, para começar a pensar sobre o caso. Lembrando que no Paraná vem acontecendo sucessivos casos de derramamento de petróleo, e que a gente foi de certa forma foi escolhido estatisticamente para sofrer um atrás do outro em períodos muito curtos de tempo, nós no Paraná começamos a nos adiantar ao que está sendo pensado aqui pelo CONAMA, estamos pressionados, seja pela sociedade, seja pelos acontecimentos. A maneira como nós estamos tratando esse assunto é uma união entre o IAP, que é o organismo governamental que trata do ambiente, as não governamentais, contratando consultores externos, pois isso é um assunto técnico de bastante profundidade, e a gente já saiu com um texto que vai muito além do que inicialmente pensado no CONAMA para auditoria ambiental na indústria de petróleo e derivados no Estado, seja plataforma, sejam dutos, seja refino seja, no nosso caso, uma instalação única que é a exploração de xisto, e depois nos planos de emergência. Eu estou colocando aqui isso para os senhores porque muitos Estados ainda não tiveram derrames de petróleo, ótimo, espero que não tenham, mas eu quero chamar a atenção dos senhores para a necessidade de urgência dessa comissão CONAMA, que saia logo com um termo de referência para as auditorias ambientais e, principalmente, um termo de referência sobre qual o escopo mínimo para os planos de emergência. Nós descobrimos que a PETROBRAS, a Refinaria REPAR, enorme, tinha um plano de emergência correlacionado a um derrame máximo de setenta mil litros, e aconteceu um de quatro milhões de litros, então este termo de referência para as emergências tem muita importância para todos os Estados do Brasil, principalmente para aqueles que não tiveram derrame, porque se tiverem é melhor estar bem preparado para isso. Nós vamos estar fazendo uma moção nesse sentido dirigida ao Presidente da PETROBRAS, e também uma outra solicitação interna ao CONAMA para que o Paraná possa se integrar ao Grupo de Trabalho da 265, porque a nossa experiência acumulada, infelizmente, tem nos gabaritado para contribuir destas duas resoluções que virão a plenário.

2676
2677
2678
2679
2680
2681
2682
2683
2684
2685
2686

José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas

Muito obrigado Conselheiro Jose Álvaro. O próximo inscrito por gentileza, o Conselheiro Finotti. Nós vamos pedir a todos que se manifestem de forma concisa porque nos queremos ver se ainda podemos almoçar porque senão o restaurante fecha se é que ainda não fechou. Mas o Dr. Finotti tem o tempo que for necessário, foi um pedido apenas, que vale para todos, de uma concisão, um pedido que já foi feito pelo Dr. José Carlos. Por favor.

2687
2688
2689

Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste

Normalmente eu procuro ser rápido, mas vamos ver. Nós estamos com um problema sério que envolve uma deliberação deste Conselho ainda hoje, se possível. Como os senhores sabem, nós deliberamos e aprovamos a Resolução 273 sobre

2690 licenciamento ambiental de postos de combustível, e o Artigo Sexto, em seu Parágrafo
2691 Único estabelece um prazo de seis meses para que os empreendimentos, e também para
2692 que as organizações, as instituições que irão licenciar em função da Resolução,
2693 desenvolvam o preenchimento do Anexo Um. Eu recebi já diversos documentos por
2694 parte do seguimento, e estive conversando também com os OEMAs, e eu tenho visto
2695 uma grande dificuldade para que esta Resolução seja cumprida nesta forma, inclusive, a
2696 própria CETESB está tendo dificuldades, e a CETESB é um organismo altamente
2697 qualificado, então como autor da Resolução aprovada eu conversei com os demais
2698 membros da Câmara Técnica e ao mesmo tempo com o seguimento envolvido, e eu
2699 estou propondo, ou estou pedindo a licença para propor, uma emenda nesta Resolução,
2700 emenda esta que prorrogue este prazo por mais noventa dias para que nós tenhamos e
2701 todo o seguimento envolvido, os OEMAs e todas as organizações perfeitamente
2702 preparadas, porque agora é que estão surgindo os principais problemas. Este é um dos
2703 assuntos e eu solicito à mesa, por gentileza, que possa fazer o encaminhamento da
2704 minha proposta de emenda à Resolução 273 prorrogando o prazo da redação do Artigo
2705 Sexto, Parágrafo Único por mais noventa dias a partir da data da publicação desta
2706 prorrogação. E também para efeito de informação não é a primeira vez que este
2707 Conselho poderá fazer ou tomar esta atitude porque é preferível que a coisa saia bem
2708 feita do que se transforme em letra morta.

2709

2710 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

2711

2712 A matéria esta em regime de discussão. Os conselheiros que quiserem se
2713 manifestar...

2714

2715 **Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste**

2716

2717 Eu solicitei noventa dias.

2718

2719 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

2720

2721 Ninguém? Por gentileza, o representante do Governo do Estado do Paraná.

2722

2723 **Mário Sérgio Rasera - Representante do Governo do Estado do Paraná**

2724

2725 Com respeito, eu tenho um esclarecimento no sentido de como nós temos tratado
2726 este assunto no Paraná. Nós, como todos os demais Estados, temos as nossas
2727 dificuldades, mas lá nós tivemos a oportunidade e até a situação de tratar com o
2728 SINDICOM, que é Sindicato dos Combustíveis onde eles estão sendo responsáveis, se
2729 responsabilizaram por apresentar todos os cadastros destas entidades de combustíveis no
2730 Estado do Paraná. Nós não estamos tratando diretamente com os postos, principalmente
2731 com os postos porque é uma infinidade, e os órgãos estaduais também como nós têm
2732 esta dificuldade, mas em termos organizacionais está sendo bastante produtivo isso e já
2733 está acontecendo. Quanto à questão do prazo ser alterado, quer dizer, prorrogado,
2734 também não vejo problema nenhum, só que não gostaria que este prazo mais do que os
2735 noventa dias fossem novamente prorrogados. Talvez colocar uma frase, colocar prazo
2736 improrrogável por mais de noventa dias, porque senão nós, como os demais órgãos
2737 estaduais, não teremos condição de ter, porque a partir daí segundo a Resolução nós
2738 temos que fazer ainda, fazer um planejamento para licenciar corretamente os
2739 empreendimentos, e isso vai levar mais um bom tempo. Então, até gostaria de colocar

2740 minha opinião até poderia tolerar em virtude destas dificuldades, mas que isso fosse
2741 improrrogável além deste noventa dias.

2742

2743 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

2744

2745 Então, obrigado ao representante Conselheiro do Paraná, e o autor concorda
2746 então que o prazo seja improrrogável além dos noventa dias?

2747

2748 **Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste**

2749

2750 E eu quero participar que um dos ofícios recebidos foi do Sindicato do Comércio
2751 Varejista de São Paulo, quer dizer, como o de vocês que também está envolvido.

2752

2753 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

2754

2755 Continua aberta a palavra. Por gentileza, Coronel Sarkis, representante do
2756 Ministério da Defesa. É sobre este assunto que está em discussão, Coronel? Eu anoto
2757 aqui para o senhor falar depois então da discussão da matéria em pauta, eu percebi que
2758 havia talvez uma discrepância. Está em discussão a proposta feita pelo Finotti que está
2759 com a palavra. Não havendo mais nenhum inscrito vou colocar em votação esta
2760 prorrogação irrevogável de mais noventa dias da matéria em pauta. Aqueles que
2761 estiverem de acordo, por favor, que se manifestem mostrando o seu cartão de voto, por
2762 gentileza. Vinte e dois votos a favor. Aqueles que estão contrários, por favor, se
2763 manifestem. Um voto contrário. Abstenções por favor. Uma abstenção. O Conselheiro
2764 Finotti tem um outro assunto ainda, então, por gentileza.

2765

2766 **Paulo Finotti – Representante das ONGs da Região Sudeste**

2767

2768 Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu tenho em mãos cópia de um ofício do
2769 Ministro, ofício número oitenta e um: “reiterando minha decisão de que sejam
2770 suspensos todos os planos de manejo florestal e todas as autorizações de desmatamento
2771 em área de floresta primária de Mata Atlântica na região da costa do descobrimento”.
2772 Eu não vou entrar no mérito. Este ofício é de trinta e um de janeiro do corrente. Eu não
2773 vou entrar no mérito do ofício, eu estou de pleno acordo em algumas situações, só que
2774 eu considero este ofício ilegal na medida em que nós temos a Resolução 240 de 97, se
2775 não me engano, que estabeleceu exatamente o que o ofício solicitou, e depois nós temos
2776 a Resolução 248 também do mesmo ano, que concedeu algumas liberações ao manejo
2777 da floresta no sul da Bahia. Então um ofício simplesmente não pode alterar a redação de
2778 uma Resolução. Eu proporia, Senhor Presidente, que este ofício, já que a situação é
2779 grave, fosse transformado numa proposta de resolução suspendendo a Resolução 248
2780 por um prazo determinado, porque, caso o contrário, havendo alguma situação em
2781 termos judiciais e políticos o próprio CONAMA vai perder, o próprio Ministério vai
2782 perder, e isso não é interessante para nenhum de nós.

2783

2784 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

2785

2786 O senhor me emprestaria a cópia do ofício para eu tê-lo em mãos? Obrigado. Eu
2787 só queria reler o último parágrafo deste ofício, apenas para que não fique caracterizado
2788 nenhum desrespeito ao Senhor Ministro. Ele menciona: “Senhor Presidente..., por
2789 oportuno comunico que está sendo providenciado o envio de proposta de resolução ao

2790 CONAMA a fim de que a citada medida seja reforçada”. Então, a questão é a seguinte:
2791 este assunto está em discussão na Câmara Técnica de Mata Atlântica, e nenhuma
2792 medida foi tomada nessa direção. Eu acredito que o Conselheiro não só está com a
2793 razão, mas de que o encaminhamento que está sendo dado, tanto pelo que foi solicitado
2794 pelo Ministro, como pelo que foi solicitado pelo IBAMA e pelo Ministério, é no sentido
2795 de que a Câmara Técnica, esse assunto não foi objeto de nenhuma deliberação enquanto
2796 o CONAMA não se manifestar. Este é o esclarecimento que eu queria prestar ao senhor,
2797 e o ofício no seu último parágrafo menciona o CONAMA, e eu gostaria de deixar os
2798 conselheiros tranquilizados quanto àquilo que o Ministro disse hoje na abertura no
2799 respeito que ele tem, que nós todos temos, por este colegiado. Não, a sua preocupação é
2800 legítima, mas ela está contemplada no último parágrafo do ofício, está bem? Muito
2801 obrigado ao conselheiro Finotti, eu passo a palavra para o Conselheiro Francisco Soares,
2802 representante das organizações não governamentais da Região Nordeste. Por favor.
2803

2804 **Francisco Soares – Representante das ONGs da Região Nordeste**

2805

2806 Francisco Soares, então neste caso com relação a resíduos, que foi amplamente
2807 discutido, e eu acho que nós estamos chegando num momento em que os resíduos
2808 sólidos urbanos estão sendo discutidos, resíduos dos serviços de saúde, resíduos da
2809 construção civil, mas agora está aparecendo um outro tipo de resíduo que está
2810 preocupando a todos nós, é a questão do mercúrio. Nós sabemos que o plano de
2811 contenção do consumo de energia está propondo a doação de mais de cinco milhões de
2812 lâmpadas na base de mercúrio para todas as populações carentes. Eu ouvi falar alguma
2813 coisa sobre um grupo de trabalho que deveria ser criado no nível do CONAMA para
2814 discutir sobre a questão dos resíduos mercuriais, eu acho que é pertinente se colocar, se
2815 o grupo de trabalho ainda não foi criado, parece que o Ministro se preocupou também, e
2816 que seja viabilizada a criação deste grupo de trabalho para discutir sobre o destino
2817 adequado das lâmpadas à base de mercúrio e outros componentes carboriais. Este é um
2818 assunto que o Dr. José Pedro pode falar, ou então, a Secretaria do CONAMA se já foi
2819 encaminhado, mas é um assunto que deve ser colocado.

2820 A outra coisa é com relação a carcinicultura. Foi muito importante a criação
2821 deste grupo de trabalho para discutir e elaborar uma resolução para normatizar a questão
2822 da atividade da criação de camarão marinho no Brasil. Tem uma semana, a justiça lá do
2823 Piauí esteve em conflito determinando a um proprietário de uma destas fazendas de
2824 camarão que permitisse a população ter acesso aos manguezais. Estando assim até
2825 proibido o acesso aos manguezais. Eu falei com o Paulo, que é o Secretário do Meio
2826 Ambiente, o assunto de novo há uma semana que esta questão da implementação da
2827 discussão da carcinicultura veja o direito ao livre acesso das populações nativas e
2828 tradicionais, que usam o mangue como sobrevivência na cata do caranguejo etc. Então,
2829 como já surgiu a necessidade de, como o CONAMA já criou o grupo de trabalho, de se
2830 implementar reuniões e pedir que o grupo de trabalho da carcinicultura comece a se
2831 reunir o mais breve possível porque a questão está bem avançada.

2832 A outra é convidar um dos proponentes da criação daquele grupo de trabalho
2833 sobre resíduos sólidos urbanos, os aterros sanitários, que ainda é, ao nosso ver, o maior
2834 problema de meio ambiente e de saúde pública do País. São Paulo, o Estado mais rico
2835 do Brasil, está se deparando até com manifestações populares contra os lixões, essa
2836 semana houve manifestação popular em São Paulo, felizmente o CONAMA criou um
2837 grupo de trabalho que vai ocorrer agora no dia dois e três de maio, um seminário em
2838 Salvador onde ocorrerá um nivelamento de informações para ser o ponto inicial da
2839 primeira discussão de uma minuta de resolução para normatizar a questão dos aterros

2840 sanitários no País, ou seja, o fim dos lixões. Sabemos que existem órgãos
2841 governamentais financiando aterros controlados, mas é uma questão muito polêmica a
2842 questão do aterro controlado, e o próprio aterro sanitário. Então, aquelas pessoas que
2843 aqui estão se tiverem alguma contribuição ou propostas devem mandar para o
2844 CONAMA, para a Secretaria do CONAMA, para aprimorar essas discussões e aqueles
2845 que têm interesse em participar devem ir a Salvador para esta reunião do grupo de
2846 trabalho sobre resíduos sólidos urbanos, que são os aterros sanitários. Muito obrigado.

2847

2848 **José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas**

2849

2850 Obrigado conselheiro, eu queria lembrar que as propostas de criação de grupos
2851 de trabalho devem ser encaminhadas por escrito para serem consideradas no âmbito da
2852 estrutura e do regimento, então eu agradeço para que seja considerada a sua proposta
2853 que ela seja encaminhada, tão logo possível, de preferência hoje, à Secretaria do
2854 CONAMA. As lâmpadas mercuriais, exatamente. Obrigado. Por gentileza. Coronel
2855 Sarkis, representante do Ministério da Defesa pela ordem de inscrição.

2856

2857 **Cel. Marco Antonio Sarkis – Representante do Ministério da Defesa**

2858

2859 A minha intervenção é rápida, porque senão o patrulhamento ideológico vem em
2860 cima de mim pelo adiantado da hora. Eu só queria fazer no momento da minha
2861 despedida aqui do CONAMA, sendo esta a minha última participação, e eu estou saindo
2862 do CONAMA por motivos profissionais por todo um plano de carreira chega um
2863 momento que nós temos que pedir passagem para a reserva, eu digo reserva e não
2864 aposentadoria, porque durante cinco anos eu fico passível de ser convocado novamente
2865 para prestar serviço. Então eu gostaria de neste momento agradecer a todos os
2866 conselheiros por estes dois anos passados aqui onde eu aprendi muito, e principalmente
2867 pelo convívio amigável respeitoso e sempre no sentido de ver o melhor para o meio
2868 ambiente. E, com certeza, eu estou saindo daqui, estou retornando para o Rio, mas eu
2869 deixo muitos amigos, eu fiz muitos amigos e com os quais eu terei, sem dúvida
2870 nenhuma, contato. Apesar de estar saindo, dia dezesseis de maio, dia quinze de maio eu
2871 estou vindo aqui para Brasília para participar ainda, finalmente, no grupo de trabalho
2872 sobre a PETROBRÁS, nós fomos responsáveis, e quando eu falo nós, o Ministério da
2873 Defesa foi responsável pela parte de um relatório, e eu virei aqui com muito prazer. E
2874 talvez em junho ou julho, cadê o Shelley? Eu talvez venha também apresentar este
2875 relatório no qual nós fomos responsáveis ao plenário do CONAMA, e o farei com muito
2876 prazer principalmente pela oportunidade de encontrar esses amigos que aqui eu pude
2877 fazer. Segundo, antes do agradecimento final, fazer votos aí que o Dr. Maurício agora
2878 que é o Diretor do CONAMA que implemente rapidamente o novo regimento interno
2879 que, com certeza, vai agilizar as decisões aqui tomadas no CONAMA, vai tornar o
2880 Conselho com peso político bem maior do que é realmente, principalmente por suas
2881 ligações já estipuladas no regimento que vai ter com a Câmara, com a Casa Civil, etc.
2882 Então, realmente é um Conselho que é representativo da sociedade, é um Conselho que,
2883 quando eu vim para cá eu nem sabia o que era CONAMA, inclusive muitos ainda não
2884 sabem, e dentro do regimento interno inclusive tem uma recomendação de um trabalho
2885 de comunicação social para que o CONAMA seja, no âmbito a sociedade brasileira,
2886 mais conhecido e mais presente, e no momento que eu vim para cá e passei a conviver
2887 com os senhores e as senhoras realmente eu passei a respeitar e passei a ver a
2888 importância que este Conselho representa para, vamos dizer assim, para os objetivos da
2889 política nacional. do meio ambiente, e por fim um agradecimento especial ao Ministério

2890 e a Diretoria do CONAMA pela homenagem que me foi prestada, na hora eu até evitei
2891 falar porque primeiro eu fui pego de surpresa e segundo eu fiquei acometido de muita
2892 emoção, então tanto ao plenário do CONAMA como ao Ministério e a Diretoria do
2893 CONAMA que me prestou esta homenagem os meus agradecimentos e muitas
2894 felicidades a todos.

2895

2896

José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas

2897

2898

2899

2900

2901

Muito obrigado, Coronel, é uma gentileza extraordinária o senhor fazer esse discurso emocionado, a presença do Ministério da Defesa é essencial para nós, para o meio ambiente e esta placa que o senhor recebeu é apenas uma pequena manifestação de apreço que todo este colegiado tem pelo senhor.

2902

Seguindo a ordem, eu dou a palavra ao Dr. Leopoldo Brandão.

2903

2904

Leopoldo Brandão – Representante da CNC

2905

2906

2907

2908

2909

2910

2911

2912

2913

2914

2915

2916

2917

2918

2919

2920

2921

2922

2923

2924

Senhor Presidente, senhoras e senhores conselheiros, eu trago para encaminhamento uma proposta de resolução, pela terceira vez, apesar das advertências que tenho recebido para desistir, sobre a normalização dos plantios florestais para fins produtivos no Brasil. É um documento complexo que foi estudado anos a fio com a colaboração de amigos muito mais competentes do que eu, que julgo necessária a esta fase no Brasil. A legislação pertinente a esta matéria ainda é do tempo que o Governo concedia incentivos florestais e, portanto, o Governo oferecia recursos e tinha toda a obrigação de ter uma ação de controle muito mais detalhada e muito mais intervencionista. A partir de que os incentivos desapareceram há muitos anos, agora a função do Governo é fazer a norma básica, e a responsabilidade pelos recursos é do investidor, é bastante diferente, não muda a essência, mas muda a maneira de fazer. Nós trabalhamos nesta matéria muitos anos e eu trabalhei neste setor durante tantos anos, e estou certo que é uma proposta que contribuirá para abrir uma nova fase dos plantios florestais para fins produtivos no Brasil. Ela tem sete assinaturas de encaminhamento e eu estou confiante que, com a nova Diretoria do CONAMA, ela possa ter o seu curso normal no ritmo de análises e decisões do CONAMA. Eu estou fazendo esta comunicação apenas para que se registre isso em Ata, porque é o terceiro ano que eu apresento, e que nos dois anos anteriores foi sepultado sem terem me dito qual era a *causa mortis*, e eu espero que esta não seja sepultada.

2925

2926

José Pedro de Oliveira Costa – Secretário de Biodiversidade e Florestas

2927

2928

2929

2930

2931

2932

2933

2934

2935

2936

2937

2938

2939

Obrigado Conselheiro Leopoldo Brandão, nosso apelo a colaboração e a insistência, como pelo bom humor, isso é essencial para que nós mantenhamos tanto estômago vazio tão tarde em condição deste CONAMA. Não tendo mais nenhum inscrito exceto eu mesmo, eu queria consultar se é isso mesmo? Então eu queria rapidamente mencionar aos senhores de que está na pauta da discussão ambiental a questão do código florestal, e o Ministro tem sido atendo a estas questões, o Dr. José Carlos tem participado de inúmeras reuniões, a Câmara Técnica do CONAMA que trata do assunto também está vigilante, e o Ministro reiterou que a posição do Ministério do Meio Ambiente é aquela que foi aprovada pelo CONAMA, que, aliás, deixou de ser posição do Ministério do Meio Ambiente uma vez que foi endossada por uma medida provisória, ela é a posição do Governo. É claro que questões desta ordem, desta grandeza, são questões que evoluem e é preciso estar atendo as possibilidades até de

2940 aperfeiçoamento, mas eu queria chamar a atenção de todos os senhores para que
2941 estivessem atentos a este anúncio feito recentemente pelo Congresso Nacional de que
2942 pretende votar essa matéria na comissão mista que trata da conversão da medida
2943 provisória em lei. Nós, o Dr. José Carlos está tratando com o Ministro neste momento
2944 sobre isso, nós estamos acompanhando, e agradeceríamos a atenção de todos os
2945 senhores. Não havendo mais nenhuma matéria a tratar, eu consulto aos senhores, eu
2946 queria informar que nós temos aqui no último andar deste edifício um restaurante
2947 bandejão que é muito, ele fecha às duas horas, mas vão estender por mais dez minutos
2948 em nossa atenção, aqueles que quiserem, principalmente os que vêm de fora, aproveitar
2949 esta oportunidade eu teria muito prazer de compartilhar com os senhores também, e ter
2950 a oportunidade de rever mais proximamente diversos e novos amigos. Então, queria
2951 agradecer em nome do Ministro Sarney Filho, em nome do Dr. José Carlos Carvalho, e
2952 em meu próprio, a presença e a perseverança de todos os senhores e desejar a todos um
2953 bom dia, convocando-os para a próxima Reunião Extraordinária, em Joinville, no dia
2954 vinte e quatro de maio. Muito obrigado.